

Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Naturais e Tecnologia  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais  
Trabalho de Conclusão de Curso



RENATA CARDOSO ZAHLOUTH

**“HISTÓRIAS ÚNICAS” SOBRE SÍRIAS REFUGIADAS NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE FEMINISTA PÓS-COLONIAL**

BELÉM-PA  
2023

RENATA CARDOSO ZAHLOUTH

**“HISTÓRIAS ÚNICAS” SOBRE SÍRIAS REFUGIADAS NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE FEMINISTA PÓS-COLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências Naturais e  
Tecnologia da Universidade do Estado do Pará  
como requisito para a obtenção do grau de  
Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. Dra. Mayane Bento Silva

BELÉM-PA

2023



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**“HISTÓRIAS ÚNICAS’ SOBRE SÍRIAS REFUGIADAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE FEMINISTA PÓS-COLONIAL”**. Trabalho de Conclusão de Curso, foi apresentado como requisito necessário para obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais** pela aluna **RENATA CARDOSO ZAHLOUTH**, em 11 de janeiro de 2024, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), e aprovado pela Banca Examinadora, formada pelos seguintes membros:

**D.Sc. Dr. Mayane Bento Silva**  
Universidade do Estado do Pará  
Orientador

**D.Sc. Dr. João Colares da Mota Neto**,  
Universidade do Estado do Pará  
Avaliador

**D.Sc. Dr. Brenda Thaina Cardoso de Castro**  
Universidade da Amazônia  
Avaliador

Belém/PA, 17 de janeiro de 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho representa o fim de um ciclo, o qual se tornou possível graças às contribuições de tantas pessoas que me acompanharam ao longo desses quatro anos de graduação, pelas quais sou e serei eternamente grata.

Agradeço, primeiramente, à minha família, meu alicerce e fonte de apoio incondicional. À minha mãe, em especial, que nunca poupa esforços para contribuir com a minha formação profissional e pessoal.

Aos meus amigos, que caminharam ao meu lado durante a minha jornada acadêmica, ouviram meus desabafos, me fizeram acreditar em mim mesma e me incentivaram a seguir sempre em frente.

Sou grata também aos companheiros de curso, juntos superamos nossos desafios, lutamos por melhorias e contribuímos, cada um de sua forma, para o crescimento acadêmico e pessoal de todos.

Agradeço pela contribuição inigualável da minha orientadora, Prof. Dra. Mayane Bento, cujas aulas e ensinamentos foram minhas maiores motivações para continuar no curso e dedicar-me às Relações Internacionais.

Por fim, manifesto minha gratidão a todos que de alguma forma ajudaram no processo de elaboração desta monografia, oferecendo-me informações, contatos, testemunhos, dicas e outros suportes.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

(Chimamanda Adichie)

## RESUMO

Esta monografia incide sobre o panorama do deslocamento forçado de sírias para o Brasil devido à guerra civil que eclodiu em seu país em 2011. Busca-se, assim, compreender as nuances e complexidades das histórias individuais das refugiadas sírias, desafiando estereótipos e promovendo uma visão mais humanizada do fenômeno do refúgio no Brasil. A pesquisa sustenta-se em bases teóricas do feminismo pós-colonial e das críticas de Edward Said ao Orientalismo, para compreender como as narrativas estereotipadas afetam as refugiadas sírias no Brasil. Essas “histórias únicas”, construídas socialmente, não refletem a complexidade das experiências individuais dessas mulheres, o que pode resultar em perda da individualidade e dignidade, assim como, dificuldades adicionais na integração à sociedade brasileira. Os relatos das refugiadas, fundamentais para este estudo, revelam não apenas os traumas da guerra e os desafios da migração, mas também a necessidade de adaptação a uma nova língua, cultura e ambiente, enfrentando barreiras sociais e estigmas provocados, em parte, pelas “histórias únicas” acerca desse grupo. O cerne da pesquisa reside na análise das implicações sociais das “histórias únicas” propagadas pelos brasileiros sobre as refugiadas sírias. Essas narrativas estereotipadas podem desumanizar e limitar essas mulheres, desconsiderando suas vivências individuais e tirando-lhes a dignidade.

**Palavras-chave:** Refúgio no Brasil; Sírias refugiadas; “Identidade de refugiado”; “Histórias únicas”.

## *ABSTRACT*

This monograph focuses on the forced displacement of Syrians to Brazil due to the civil war that erupted in their country in 2011. It seeks to understand the nuances and complexities of the individual stories of Syrian refugees, challenging stereotypes and promoting a more humanized view of the refugee phenomenon in Brazil. The research is grounded in theoretical frameworks of post-colonial feminism and Edward Said's critiques of Orientalism, aiming to understand how stereotyped narratives affect Syrian refugees in Brazil. These socially constructed "single stories" do not reflect the complexity of these women's individual experiences, potentially leading to loss of individuality and dignity, as well as additional challenges in integrating into Brazilian society. The refugees' accounts, pivotal to this study, reveal not only the traumas of war and migration but also the need to adapt to a new language, culture, and environment, facing social barriers and stigmas partly perpetuated by these "single stories" about this group. The core of the research lies in analyzing the social implications of the "single stories" propagated by Brazilians about Syrian refugees. These stereotyped narratives can dehumanize and confine these women, disregarding their individual experiences and stripping them of their dignity.

**Key-words:** Refuge in Brazil; Syrian refugees; "Refugee identity"; "Single stories".

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, por ano, Brasil (2011 - 2022).....	34
<b>Gráfico 2</b> – Proporção de gênero das decisões de mérito sobre solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, Brasil (2011 - 2022).....	35
<b>Gráfico 3</b> – Proporção de gênero das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, Brasil 2021.....	36
<b>Gráfico 4</b> – Proporção de gênero das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, Brasil 2022.....	37

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACNUR** - Agência da ONU para Refugiados

**CONARE** - Comitê Nacional para Refugiados

**EI** - Estado Islâmico

**EUA** - Estados Unidos da América

**MENA** - Oriente Médio e Norte da África

**MJSP** - Ministério da Justiça e Segurança Pública

**OBMigra** - Observatório das Migrações Internacionais

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**RI** - Relações Internacionais

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 Classificação da pesquisa.....	13
2.2 Procedimento técnico.....	14
2.3 Levantamento de dados.....	14
2.4 Análise de dados.....	15
<b>3 REFÚGIO DA SÍRIA SOB PERSPECTIVA FEMINISTA PÓS-COLONIAL.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 O feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais.....</b>	<b>17</b>
3.1.1 A “identidade” da síria refugiada.....	20
3.1.2 A redução da experiência de sírias refugiadas a “histórias únicas”.....	23
<b>3.2 A construção do Oriente e o Orientalismo.....</b>	<b>25</b>
<b>3.3 Instabilidades no Oriente Médio e a crise de refugiados da Síria.....</b>	<b>27</b>
3.3.1 Do domínio europeu ao despertar da Primavera Árabe (1919-2010).....	28
3.3.2 A eclosão da Guerra Civil da Síria (2011) e a crise de refugiados.....	30
<b>4 REFÚGIO DE SÍRIAS NO BRASIL.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 Estatuto dos Refugiados e a condição de refugiada no Brasil.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2 “Refúgio em Números”: o fluxo de migração forçada da Síria para o Brasil.....</b>	<b>33</b>
<b>4.3 Experiências de sírias refugiadas no Brasil.....</b>	<b>37</b>
<b>5 EFEITOS SOCIAIS DE “HISTÓRIAS ÚNICAS” SOBRE SÍRIAS REFUGIADAS..</b>	<b>42</b>
<b>5.1 “Histórias únicas” de sírias refugiadas no Brasil.....</b>	<b>42</b>
<b>5.2 Implicações sociais de “histórias únicas” sobre sírias refugiadas.....</b>	<b>46</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2023), até o final de 2022, ao menos 108,4 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadamente deslocadas devido a perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos ou eventos que perturbem gravemente a ordem pública. Desse quantitativo, cerca de 6,5 milhões são refugiados da Síria, o qual é o principal país de origem das pessoas deslocadas no mundo atualmente (ACNUR, 2023), tal cenário deve-se à guerra civil que se alastrou no território em 2011, após uma onda de protestos populares, incitados pela Primavera Árabe, pelo fim do regime autoritário da família Al-Assad, que está no poder desde a década de 1970 (FIGUEIREDO, 2021).

Ao longo de 12 anos de conflito, milhões de cidadãos viram-se obrigados a buscar refúgio, sobretudo, em países vizinhos, na Europa e na América, adotando o status de refugiados. No Brasil foram reconhecidas 3.763 pessoas como refugiadas da Síria desde 2011 (CONARE, 2023). O país latino-americano facilitou a entrada de afetados pela Guerra Civil, entre sírios, palestinos e cidadãos de outras nacionalidades que residiam na Síria, por meio da flexibilização de exigências para a concessão de visto brasileiro (SOUZA, 2020, 2021).

Apesar de que esses indivíduos estejam em busca de refúgio em terras brasileiras, por conta de uma razão em comum, é errôneo considerá-los um conjunto homogêneo que compartilha, principalmente, classe social e etnia; assim como, cultura, religião, ideologia e outras características. Ademais, é igualmente equivocado considerar que as experiências de homens e mulheres como refugiados são equivalentes, ainda que ambos enfrentem dificuldades similares, desde a situação crítica da qual fogem até a necessidade de sobrevivência no país que os recebe, o gênero é um fator que diferencia as vivências e, portanto, deve ser utilizado para contextualizar a realidade de pessoas refugiadas. Desse modo, à luz da teoria feminista pós-colonial – que ressalta classe social, etnia e gênero como categorias de análise – é possível observar o fenômeno do refúgio contemporâneo de sírias para o Brasil.

Nesse âmbito, Souza (2020, 2021) observa que tanto no espaço social quanto acadêmico há generalizações acerca das refugiadas da Síria, atribuindo a elas uma “identidade”, o que propaga estereótipos sobre esse grupo, os quais não representam a pluralidade e complexidade das histórias dessas mulheres, de modo que no Brasil elas sejam vistas por meio de “histórias únicas” – como elucidado por Adichie (2019) –, muita das vezes

não compatíveis com as suas realidades e, conseqüentemente, sofrem implicações disso enquanto vivem na condição de refúgio. Said (2007) relaciona a criação dessas narrativas estereotipadas à histórica dominação do Ocidente sob o Oriente, não apenas do espaço, mas também dos corpos e das verdades sobre eles.

A partir de relatos de algumas refugiadas é possível notar as conseqüências diretas dessas perspectivas não inventadas, mas incompletas das suas histórias. Além do trauma da guerra, a necessidade de deixar o seu país e as dificuldades no trajeto até o Brasil, essas mulheres precisam se adaptar a um idioma, uma cultura e um povo distinto – o qual as coloca em um único rótulo –, assim como, precisam estudar, inserir-se no mercado de trabalho, gerir o lar e muitas vezes contribuir para o sustento da família. Contudo, o preconceito, a xenofobia e, em alguns casos, a intolerância religiosa, os quais têm origem nas “histórias únicas” que os brasileiros possuem das refugiadas sírias, dificultam ainda mais o processo de integração e adaptação no país de refúgio.

O trabalho em questão relaciona-se à Linha de Pesquisa 6: Cultura, Linguagens e Questões Normativas em Relações Internacionais (RI) e faz-se necessário para o campo das Relações Internacionais por analisar o refúgio sob a perspectiva de gênero pós-colonial e sob a crítica de Edward Said ao Orientalismo.

Diante do cenário supracitado, esta pesquisa tem o intuito de responder à questão: “Quais as implicações sociais de ‘histórias únicas’ estereotipadas propagadas por brasileiros em relação às refugiadas sírias?”. Portanto, o objetivo desta monografia é analisar as implicações sociais de “histórias únicas” estereotipadas propagadas por brasileiros em relação às refugiadas sírias, do período de 2011 a 2022. Também objetiva, especificamente: 1) analisar a experiência de refugiadas sírias no Brasil sob a perspectiva feminista pós-colonial das Relações Internacionais, levando em conta a crise humanitária da Síria provocada pelo atual cenário geopolítico no Oriente Médio; 2) compreender a condição de refúgio no território brasileiro e o atual fluxo de refugiados da Síria para o Brasil; 3) investigar os efeitos sociais que as “histórias únicas” estereotipadas provocam nas histórias das refugiadas sírias que migraram para o Brasil no contexto da Guerra Civil da Síria.

A relevância da pesquisa justifica-se com base na contribuição para os estudos de construção histórica de identidades étnicas e de gênero, assim como nos de processos migratórios de sírias para o Brasil nos últimos anos. Da mesma forma, busca combater a negligência de experiências de refugiadas nos trabalhos acadêmicos com essa temática, fato que constitui uma conseqüência direta das narrativas construídas, – segundo Stein (1981) e

Keller (1975) – não só pela sociedade como também pela academia, acerca da “identidade de refugiado” (SOUZA, 2021, p. 247); e especificamente, a estereotipização das refugiadas sírias no Brasil. Além disso, tais “narrativas construídas” constituem “históricas únicas” forjadas socialmente, que estão diretamente atreladas a históricas estruturas de poder capazes de manipular e contar a história de outras pessoas e, por fim, roubar a dignidade de um povo (ADICHIE, 2019; SOUZA, 2021).

Ademais, sustenta-se na tentativa de humanizar e empoderar essas mulheres que são vítimas diárias das “históricas únicas” propagadas sobre suas experiências como refugiadas no Brasil. Ao analisar as trajetórias levando em consideração gênero, classe social, etnia, cultura, religião e outros aspectos que as individualizam, será possível transpor os rótulos que as aprisionam ao adentrarem a sociedade brasileira.

Para tanto, este trabalho está dividido em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, aponta-se a metodologia utilizada para orientar este trabalho, mediante a caracterização e descrição da pesquisa, assim como, elucidação das formas elegidas para levantamento e análise de dados. No segundo capítulo, em primeiro momento, entende-se o feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais e sua relevância para a análise do tema, o conceito de “identidade da síria refugiada” e a redução da experiência de sírias refugiadas a “histórias únicas”. Em segundo momento, apresenta-se a ideia de construção do Oriente e o Orientalismo, à luz dos estudos de Edward Said, os quais são elementos essenciais para a compreensão da temática. O capítulo encerra-se com esclarecimentos sobre a relação entre instabilidades no Oriente Médio e a crise de refugiados da Síria, a partir da breve contextualização histórica do início do domínio europeu na região (1919) à eclosão da Guerra Civil (2011).

No terceiro capítulo, apresenta-se o Estatuto dos Refugiados das Organização das Nações Unidas (ONU) e as diretrizes que definem o refúgio no Brasil. Em seguida, evidenciam-se os dados, de 2011 ao final de 2022, sobre o fluxo de migração forçada da Síria para o Brasil e, por fim, são descritas experiências de sírias refugiadas, com base em entrevistas, em parte realizadas ao longo do processo de elaboração deste trabalho e outras que integram o trabalho de campo de Mirian Alves de Souza – que ocorreu entre outubro de 2015 e setembro de 2018, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Já no quarto capítulo analisa-se, à luz das teorias-base deste estudo, a forma como “identidades” e “histórias” são atribuídas a sírias refugiadas e as implicações sociais de tal tendência.

## **2 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

Este capítulo dedica-se a esclarecer as diretrizes metodológicas que orientaram este estudo, por meio da classificação da pesquisa, a descrição dos procedimentos técnicos utilizados e elucidação acerca do levantamento e análise de dados.

### **2.1 Classificação da pesquisa**

A pesquisa em questão é classificada, quanto aos seus objetivos, como exploratória, pois tem o intuito de explicitar: a migração forçada, a partir de 2011, no contexto da Guerra Civil, de mulheres sírias para o Brasil; a “identidade de refugiado” e as “histórias únicas” perpetuadas sobre esse grupo por parte da academia, dos agentes humanitários e da sociedade civil; e as implicações sociais dessas narrativas na vida cotidiana das refugiadas. Da mesma forma, o estudo busca construir hipóteses sobre a relação desses fenômenos com a teoria feministas pós-colonial.

Tendo em vista que esta pesquisa tem por objetivo analisar as implicações sociais das “histórias únicas” estereotipadas em relação às refugiadas sírias, do período de 2011 a 2022, pode-se estipular que é, por finalidade, básica, já que é um tipo de pesquisa que não visa aplicação dos resultados gerados, mas é voltada à criação de enunciados e teorias gerais (ARRUDA FILHO; FARIAS FILHO, 2015).

Quanto à abordagem, a pesquisa é de natureza qualitativa ou com análise intersubjetiva, pois interpreta os fenômenos de refúgio sob perspectiva de “histórias únicas” forjadas pelo orientalismo, assim, como descrevem Arruda Filho e Farias Filho (2015), lhes atribui significados a partir da observação entre o mundo real e o acadêmico, não podendo traduzi-los em números.

No que diz respeito à abrangência temporal, o presente estudo classifica-se como transversal, pois analisa apenas um determinado momento da migração forçada de mulheres sírias para o Brasil, do início da Guerra Civil da Síria em 2011 até 2022, o último ano em que foram computados dados referentes ao tema. Além disso, Arruda Filho e Farias Filho (2015) apontam que essa categoria de pesquisa apresenta resultados relevantes apenas no momento de realização da pesquisa, o que reforça o aspecto transversal deste estudo.

## 2.2 Procedimento técnico

Por conta da perspectiva pós-colonial deste trabalho, é necessário recorrer às contribuições de Gayatri Spivak (2010) sobre a importância de se criar espaços nos quais o sujeito subalterno, possa falar e ser ouvido; principalmente a mulher subalterna, pois essa está em uma posição ainda mais periférica devido às opressões de gênero. Ademais, como crítica às “histórias únicas” sobre mulheres refugiadas e à redução de refugiados a um grupo homogêneo, este trabalho buscou utilizar histórias de mulheres sírias para embasar a argumentação e ilustrar os cenários relatados.

Assim, com o intuito de alcançar os objetivos propostos, houve a necessidade de realização de entrevista como procedimento técnico, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2003), desenvolve-se a partir da conversa entre duas pessoas para obter informações a respeito de um assunto, sendo elegida para esta pesquisa a entrevista semi-estruturada, com algumas perguntas focalizadas na temática em questão, mas com abertura para outros questionamentos a fim de explorar mais amplamente a história da refugiada.

Dessa forma, para dar voz a uma síria refugiada que veio para o Brasil no contexto dos conflitos em seu país de origem, foi realizada uma entrevista – por meio da ferramenta *Google Meet* – no mês de novembro, com uma síria que vive no Estado de São Paulo, a qual teve sua identidade protegida pelo pseudônimo Nour, e disponibilizou-se para contribuir com o estudo em questão.

## 2.3 Levantamento de dados

O trabalho foi elaborado, primeiramente, por meio de pesquisa bibliográfica dos estudos de Chimamanda Adichie sobre “histórias únicas”, da literatura crítica de Edward Said sobre o orientalismo, dos estudos pós-coloniais de Gayatri Spivak, assim como, de artigos que abordam as temáticas de feminismo pós-colonial, refúgio e migração contemporâneos, Guerra Civil da Síria e sírias refugiadas no Brasil.

Em meio aos trabalhos acadêmicos referenciados neste estudo, destacam-se os artigos de Souza (2020, 2021), que realizou um trabalho de campo – entre 2015 e 2018, com sírias refugiadas, sobretudo, no território brasileiro – e descreveu em detalhes as histórias de algumas dessas mulheres, apresentando informações e relatos que integram esta monografia.

Ademais, foi utilizada a pesquisa documental – definida por Arruda Filho e Farias Filho (2015) como um tipo de estudo que faz uso de fontes primárias de dados e de informações –, a partir da utilização da Carta elaborada pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, de decretos de lei brasileiros e de relatórios de dados sobre refúgio, elaborados pela ACNUR e por instituições do Governo Nacional, a partir de 2011.

## **2.4 Análise de dados**

No que diz respeito aos dados utilizados nesta pesquisa, há como dados primários as informações coletadas por meio da entrevista realizada com uma síria refugiada que veio ao Brasil no contexto da Guerra Civil da Síria, iniciada em 2011, a fim de reforçar a ideia de não-generalização dos estudos acerca do refúgio.

Tendo em vista o caráter qualitativo da pesquisa, para lidar com os dados primários houve a utilização da técnica de análise de conteúdo, entendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1995, p. 38). Assim, foram utilizadas as informações fornecidas pela entrevistada de forma a descrever a sua experiência como síria refugiada no Brasil; além disso, utilizou-se de suas respostas para relacionar a sua realidade com a teoria apresentada e reforçar a perspectiva defendida neste estudo.

Quantos aos dados secundários, foram utilizadas informações coletadas em entrevistas realizadas em trabalho de campo – de outubro de 2015 a setembro de 2018, no Rio de Janeiro e em São Paulo –, o qual é descrito em “Decote e Hijab nas Notas da Etnografia com Mulheres do Conflito Sírio no Brasil” e “Refúgio e família entre mulheres do conflito sírio no Brasil e Tunísia”, por Mirian Alves de Souza (2020, 2021), professora e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM/UFF). O objetivo de tal relaciona-se à busca por relatos e histórias de sírias sobre suas experiências como refugiadas no Brasil e fez-se necessário devido à limitação de tempo para a finalização deste estudo e a dificuldade em conseguir entrevistas de forma independente.

Para o máximo aproveitamento das histórias relatadas por Souza (2020, 2021) em seus artigos, foi utilizada a análise de conteúdo, de modo a sistematizar as informações sobre as refugiadas, desde a sua origem até a sua adaptação à vida como refugiada no Brasil, e apresentá-las de forma lógica e em consonância com os objetivos desta pesquisa. Além disso, foram destacados os relatos relacionados aos principais conceitos do estudo em questão, tais

como “identidade de refugiado” e “histórias únicas”, de maneira a ilustrá-los com base nas experiências dessas refugiadas.

Ademais, foram analisados dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e de relatórios elaborados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) sobre refúgio no Brasil. Assim como, fez-se uso de informações coletadas pela ACNUR sobre migrações forçadas internacionais e fluxos migratórios da Síria durante a primeira década da guerra civil. Para tanto, foi utilizada a técnica de análise documental, a fim de representar os dados e informações coletadas de forma distinta da original, abrangendo apenas os elementos relevantes para o estudo em questão (BARDIN, 1995).

### **3 REFÚGIO DA SÍRIA SOB PERSPECTIVA FEMINISTA PÓS-COLONIAL**

Visando compreender a migração forçada contemporânea de mulheres sírias para o Brasil, o seguinte capítulo tem o objetivo de elucidar o feminismo pós-colonial das Relações Internacionais – ressaltando o conceito de “identidade de vítima” atrelada à “identidade de refugiado” e à tendência de homogeneização de experiências de sírias refugiadas –, assim como a perspectiva crítica do orientalismo, as quais constituem teorias basilares para a análise do tema. Por fim, busca-se explicar o atual cenário geopolítico na Síria e sua relação com a crise de refugiados do país.

#### **3.1 O feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais**

É primordial destacar que as Relações Internacionais, em primeiro momento – estabelecida como área acadêmica após a Primeira Guerra Mundial, em 1919 –, desenvolveram estudos sobre segurança e política externa dos Estados, com o intuito de restabelecer o equilíbrio de poder no sistema internacional (JATOBÁ, 2013). Desse modo, como aponta Minvielle (2019), migração e refúgio, ainda que consequências diretas dos conflitos armados, não foram considerados temas prioritários para a disciplina até 1990 e, da mesma forma, perspectivas de gênero foram negligenciadas pelos estudiosos.

De maneira geral, Jatobá (2013) relata que as RI são tradicionalmente representadas em “autoimagens” que descrevem o desenvolvimento histórico do campo, tais imagens constituem paradigmas – um conjunto de teorias aceitas pela comunidade acadêmica de uma época. Sob esse panorama, são delimitados quatro “grandes debates teóricos” nas Relações Internacionais, ou seja, quatro momentos em que paradigmas de visões distintas esforçaram-se para explicar os fenômenos estudados pelo campo.

No que diz respeito à pesquisa em questão, o quarto debate é essencial para compreender o modo como gênero e refúgio passaram a ser considerados temas relevantes para a disciplina (JATOBÁ, 2013; MINVIELLE, 2019; MONTE, 2013). Iniciado na década de 1980, o quarto debate é entendido como a discussão entre positivistas e pós-positivistas, os quais defendiam uma abordagem mais sociológica dos fenômenos internacionais (JATOBÁ, 2013; MONTE, 2013).

Nessa perspectiva pós-positivista das RI, as teóricas feministas apresentam suas contribuições para o campo acadêmico das relações internacionais, tendo como elemento

comum a noção de que as desigualdades entre homens e mulheres estão associadas a uma série de padrões de comportamento estabelecidos socialmente (JATOBÁ, 2013). Além disso, as abordagens feministas incluem em seus projetos científicos a noção de que há uma hierarquia de gênero construída no âmbito internacional que oprime as mulheres (MONTE, 2013). Em consonância a isso, Peterson e Runyan (1999) distinguem a vertente teórica feminista em dois enfoques principais, o primeiro constitui o ponto de vista feminista, que leva em conta a desigualdade entre os gêneros, e a consequente subordinação feminina, como parte das relações internacionais; o segundo não apenas considera essa perspectiva como também demonstra que tais posições sociais estão atreladas ao poder do gênero (MONTE, 2013).

Contudo, tendo em vista a questão do refúgio de mulheres da Síria no Brasil, ainda que os estudos feministas considerem os indivíduos marginalizados pelo sistema, é necessário recorrer também à teoria pós-colonialista, pois essa última possui uma perspectiva crítica das Relações Internacionais ao atribuir relevância aos impactos do imperialismo, colonialismo, capitalismo e racismo propagados no sistema internacional, em primeiro momento, pela Europa e, posteriormente, pelos Estados Unidos (MINVIELLE, 2019; MONTE, 2013; SAID, 2007; SPIVAK, 2010). Nesse âmbito, Costa (2006, p. 84) define que o pensamento pós-colonial “vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, sejam elas definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais”.

Ademais, Jatobá (2013) e Seitenfus (2013) definem as Relações Internacionais como uma ciência consolidada em Estados hegemônicos ocidentais, assim, nota-se que a produção intelectual e a agenda dessa disciplina tende a refletir o contexto espacial do cientista e, conseqüentemente, os interesses próprios do Estado onde as pesquisas são realizadas, de modo que há uma relação intrínseca entre o analista, o objeto de análise e a perspectiva ocidental, como aponta Seitenfus (2013, p. 5 - 6):

O analista das RI não possui somente um histórico cultural, mas, sobretudo, um ponto fixo em que ele se situa para observar a cena internacional. Essa janela para o mundo consiste, na maioria das vezes, no vínculo de nacionalidade. Ou seja, a quase totalidade dos teóricos das RI elabora suas pesquisas pelo prisma do território onde se encontram. [...] O lugar do pesquisador no mundo faz que os parâmetros de sua pesquisa sejam condicionados pelo horizonte espacial que a ele se oferece.

Nesse sentido, entende-se que tradicionalmente os estudos acerca das relações internacionais são realizados do ponto de vista ocidental, sobretudo europeu e norte-americano, que por vezes distorce a realidade fora desse espaço geográfico e não

contempla o pensamento daqueles situados no Oriente (JATOBÁ, 2013; SEITENFUS, 2013; SAID, 2007).

No entanto, a partir da década de 1980, as contribuições teóricas de autores situados no Oriente ganharam evidência no campo internacional e deram início ao pós-colonialismo. Ballestrin (2013, p. 91) defende que “mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado”. Considerando-se o exposto, torna-se primordial a alusão ao feminismo pós-colonial para a análise do presente estudo, afinal, essa vertente teórica enfatiza a interseção entre gênero, classe e raça nas dinâmicas internacionais (MINVIELLE, 2019).

Paralelo a isso, é importante destacar as contribuições do Grupo de Estudos Subalternos – formado na década de 1970 no sul da Ásia –, o qual constitui um movimento epistêmico que reforçou o pensamento pós-colonial (BALLESTRIN, 2013). O grupo tinha como principal objetivo analisar criticamente historiografia colonial da Índia realizada sob a ótica ocidental europeia (BALLESTRIN, 2013, p. 92 apud Grosfoguel, 2008, p. 116). Nesse sentido, rompendo a tendência de produção epistêmica centralizada no Ocidente, entende-se que esse projeto articula uma pertinente discussão, sobre os chamados sujeitos subalternos, no contexto do sul asiático e busca inserir a perspectiva indiana acerca da sua historiografia nacional.

Contudo, Gayatri Chakravorty Spivak – crítica e teórica indiana –, apesar de partilhar dos princípios desse grupo, denuncia a necessidade de reflexão sobre “uma questão premente nos estudos pós-coloniais: o subalterno como tal pode, de fato, falar?” (ALMEIDA, 2010, p. 13). A partir da “lacuna” presente nos estudos subalternos, Spivak (2010) questiona a posição do intelectual pós-colonial, o qual julga poder falar pelo outro, quando, na verdade, está reproduzindo “as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (ALMEIDA, 2010, p. 14). Dando continuidade a sua argumentação, Spivak (2010, p. 85) ressalta que “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”.

Em síntese, fatores como a posição da mulher subalterna e, especificamente, da refugiada síria, e o silenciamento da sua fala nos estudos sobre a temática constituem uma violência de cunho epistêmico. Sendo assim, na descrição de Spivak (2010, p. 119 - 157):

Como um produto dessas considerações, elaborei a sentença, “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”[...] A imagem do imperialismo como o estabelecido da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie. [...] Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização.

Nesse âmbito, para que a fala da mulher refugiada não seja sempre intermediada, e possivelmente distorcida, por um terceiro, cabe ao intelectual pós-colonial – principalmente à mulher intelectual –, viabilizar a criação de espaços onde essas vozes subalternas possam falar e serem ouvidas. Portanto, ao afirmar que mulheres do Terceiro Mundo são duplamente silenciadas, tanto pelos mecanismos imperialistas quanto pelos patriarcais, Spivak (2010) colabora para a argumentação de que o silenciamento das distintas experiências de refugiadas sírias no âmbito acadêmico é uma forma de violência epistêmica devido à histórica dominação política, econômica e social do Ocidente sob o Oriente e ao poder de gênero que as resume a corpos subalternos (MONTE, 2013, p. 69 apud Peterson; Runyan, 1999; SAID, 2007).

Sob essa análise, entende-se que a diferença de gênero, classe e raça são fatores que diferenciam indivíduos e devem ser levados em consideração ao observar o fenômeno do refúgio. Dessa forma, quando se trata de migração forçada da Síria para o Brasil, deve-se considerar a complexidade da experiência do refugiado e, sobretudo, das mulheres; sendo primordial garantir que o testemunho desse grupo seja falado e ouvido nos estudos relacionados. Assim, é possível compreender a forma como este trabalho analisa a questão atual do refúgio no Brasil sob perspectiva pós-colonial de gênero das Relações Internacionais, a fim de contemplar a realidade da mulher refugiada da Síria.

### **3.1.1 A “identidade” da síria refugiada**

Decerto, o questionamento de Spivak também é relevante para este trabalho ao analisar as contribuições acadêmicas acerca da migração e refúgio de mulheres sírias, sobretudo, para o Brasil. No que diz respeito à temática, segundo Araíssa (2019) e Abdellatif (2018), a maioria dos estudos sobre migração forçada contemporânea oriunda do Oriente Médio negligenciam as experiências de mulheres como refugiadas, apresentando a “identidade de refugiado”, de forma a explicar o refúgio como uma experiência homogênea para homens e mulheres, assim como representar os refugiados como detentores de elementos

comuns a ponto de compartilharem uma identidade (SOUZA, 2021). Contudo, tal padrão visto na academia é refutado, sobretudo, pelos estudos pós-colonialistas, por negligenciar as situações de opressão vivenciadas por refugiadas sírias, a partir de noções de gênero, étnicas ou raciais (COSTA, 2006). Ademais, Spivak (2010, p. 60) denuncia que “o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro”. Sendo assim, é necessário questionar a “identidade do refugiado” e criticar a proposta de homogeneização de indivíduos considerados refugiados, pois “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo” (SPIVAK, 2010, p. 73).

Além disso, nos discursos acadêmicos e humanitários há uma narrativa atrelada à mulher refugiada, que a retrata como uma “vítima” a ser salva pelo Ocidente, sem levar em consideração “os elementos históricos, sociais, culturais e políticos que moldam a sua identidade” (SOUZA, 2020, p. 64).

Souza (2021) aponta que tal narrativa disseminada nos estudos acerca de refúgio e nas organizações humanitárias é resultado da padronização de imagens e discursos sobre refugiados, de modo a representá-los como um grupo vulnerável e deslocado de uma comunidade nacional – que, conseqüentemente, perde sua identidade, tradição e cultura. Em consonância a isso, Malkki (1995, 1996) declara que “há uma tendência, então, a proceder como se todos os refugiados compartilhassem uma mesma condição ou natureza comum” (SOUZA, 2020, p. 248). Ademais, quanto à constante propagação da “imagem de vítima” por parte das organizações humanitárias, Bárbara Harrell-Bond (1982, 1986) “argumenta que a justificativa externa para financiar a estrutura institucional e administrativa, criada para distribuir ajuda, depende de maneiras específicas de retratar os refugiados como desamparados e desesperadamente necessitando de assistência internacional.” (SOUZA, 2020, p. 69).

Ademais, entende-se que:

a invisibilidade das mulheres nas pesquisas sobre migrações internacionais não reside somente no seu ocultamento nesse fenômeno, mas também no retratá-las como coadjuvantes na posição de membro da família, conferindo um sentido estereotipado às suas experiências” (ALENCAR-RODRIGUES; STREY; ESPINOSA, 2009, p. 422).

Sendo assim, no âmbito das pesquisas sobre migrações internacionais, além da “imagem de vítima”, a refugiada é também retratada como “coadjuvante”, uma vez que a

experiência de refúgio é elucidada como equivalente entre os gêneros e a trajetória feminina é, em sua maioria, reduzida à acompanhar os membros masculinos da família (ALENCAR-RODRIGUES; STREY; ESPINOSA, 2009).

Paralelo a isso, a antropóloga palestina-americana Lila Abu-Lughod faz suas críticas sobre a forma como da mulher do Oriente é vista, referida e estudada no Ocidente, aproveitando-se da sua posição como intelectual, e declara que:

Aqui estava uma oportunidade de espalhar a palavra, disseminar meu conhecimento e corrigir más interpretações. [...] Meu desconforto me levou a refletir sobre o porquê, como feministas no ou do Ocidente, ou simplesmente como pessoas que possuem preocupações sobre a vida das mulheres, nós precisamos estar atentos para essa resposta aos eventos e resultados do 11 de setembro de 2001. (ABU-LUGHOD, 2012, p. 452)

Abu-Lughod (2012), no contexto da Guerra ao Terrorismo promovida pelo Ocidente desde o atentado de 11 de setembro de 2001, questiona-se acerca das narrativas de “salvação” das mulheres afegãs, mundialmente propagadas na mídia, que são utilizadas como justificativa pelas potências ocidentais, enquanto há uma negligência das questões históricas e geopolíticas atreladas ao conflito. A autora realiza uma leitura crítica, à luz da antropologia, sobre como as diferenças culturais levam a uma preocupante forma de enxergar as mulheres do Oriente Médio, sobretudo após os ataques terroristas que ocorreram nos Estados Unidos, e como a questão cultural acaba sobrepondo outros aspectos necessários de serem analisados, como a “história e o desenvolvimento dos regimes repressivos e o papel dos Estados Unidos nessa história” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 453).

Além disso, Abu-Lughod (2012) aponta que há uma mobilização de mulheres americanas e europeias em prol da salvação de mulheres muçulmanas oprimidas por homens muçulmanos, mas denuncia que isso não ocorreria facilmente caso se tratasse de um grupo social que mulheres brancas ocidentais não pudessem sentir-se soberbamente superiores; as petições, campanhas e apelos impulsionados no Ocidente não atentam às opressões que os próprios homens brancos provocam a essas mulheres do Oriente Médio, considerando apenas a cultura árabe e muçulmana como responsáveis pelas violências de gênero e estruturais sofridas. Em síntese, Abu-Lughod (2012, p. 265) define que “projetos de salvar outras mulheres dependem de, e reforçam, um senso de superioridade por parte dos ocidentais, uma forma de arrogância que merece ser desafiada.”.

Nesse sentido, é possível declarar que a criação de uma “identidade de refugiado” vinculada a uma narrativa salvacionista, sobretudo, quando se trata do refúgio de mulheres

sírias no Brasil, também está relacionada à visão orientalista sobre as mulheres árabes (ABU-LUGHOD, 2012; SAID, 2007; SOUZA, 2021). Sob essa perspectiva, Abu-Lughod (1996) ressalta como “as mulheres se tornaram símbolos poderosos de identidade e visões da sociedade e da nação”, do mesmo modo, a mulher síria refugiada é amplamente retratada como vítima da guerra civil e da opressão masculina no Oriente Médio (SOUZA, 2020, p. 78).

A experiência de refúgio de indivíduos de diferentes classe social, faixa etária, religião e outros é simplificada a uma “história em comum”, enquanto a síria refugiada, como mulher subalterna, tem sua voz silenciada e acaba por ser representada de forma estereotipada no Ocidente (FÉLIX; SERPA, 2018; OMRAN, 2021; SAID, 2007; SOUZA, 2020, 2021; SPIVAK, 2010).

Levando-se em conta o exposto, entende-se que, frequentemente, “os discursos humanitários reproduzem estereótipos que reduzem a complexidade da experiência do refúgio a um ‘problema cultural’.” (SOUZA, 2020, p. 79). Contudo, não se pode declarar que os refugiados compartilham uma única história ou identidade, pois há diversos elementos que os diferenciam, afinal, “o foco na diversidade e complexidade da experiência humana e a análise de múltiplas hierarquias de poder, que se cruzam e que moldam a vida das pessoas, desafiam explicações simplistas” (SOUZA, 2021, p. 265).

### **3.1.2 A redução da experiência de sírias refugiadas a “histórias únicas”**

A tendência de desconsiderar gênero, classe social e raça – assim como, faixa etária e religião –, ao analisar o refúgio de mulheres sírias acaba por conferir a elas uma “identidade”, o que constitui uma “história única” que povos ocidentais possuem do povo refugiado da Síria (SOUZA, 2020, 2021; ADICHIE, 2019). De fato, sírias refugiadas, com experiências plurais e individualidades singulares são reduzidas ao estereótipo de “vítima” a ser salva pelo Ocidente (ABU-LUGHOD, 2012; SOUZA, 2020).

A partir de sua perspectiva como mulher, nigeriana e intelectual, Chimamanda Adichie (2019) relata a problemática de reduzir os indivíduos ao que se sabe sobre o seu povo. Em seu testemunho, a autora declara que muitas vezes foi reduzida a uma mulher da África, de onde as pessoas conheciam apenas “uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade [...] de qualquer sentimento mais complexo que pena;

não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais” (ADICHIE, 2019, p. 17).

Paralelamente, é possível observar que há um processo de generalização e vinculação entre a “identidade” de síria refugiada e a etnia árabe, a religião muçulmana, a opressão patriarcal promovida pelos homens do Oriente e o sofrimento da vítima de guerra (SAID, 2007; ABU-LUGHOD, 2012; SOUZA, 2020). Desse modo, a mulher síria que forçadamente migrou do seu país para o Brasil, por conta da guerra civil, tende a ser vista não pela sua individualidade, mas por essas “histórias únicas” que são propagadas sobre o povo sírio e a condição de refugiada.

Em resumo, na perspectiva de Adichie (2019, p. 26 - 28):

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história [...] A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.

Para combater os estereótipos, e assim as “histórias únicas”, Adichie (2019) propõe a diversificação das fontes de conhecimentos e defende a ação de ouvir as outras versões da história. Do mesmo modo, urge-se dar voz à mulher subalterna e fazê-la ser ouvida, pois:

Relatar, ou melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres de cor ou as mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo está inegavelmente na ordem do dia. Devemos acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas, como está ocorrendo na antropologia, na ciência política, na história e na sociologia. No entanto, a pressuposição e a construção de uma consciência ou de um sujeito sustentam tal trabalho e irá, a longo prazo, se unir ao trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. E a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve (SPIVAK, 2010, p. 111).

Com base na discussão apresentada, ressalta-se a importância das “histórias”, a necessidade de não generalizar experiências de refúgio e a urgência de dar voz às sírias refugiadas, afinal, “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p. 32).

### **3.2 A construção do Oriente e o Orientalismo**

Ao tratar do refúgio contemporâneo de mulheres sírias, não se pode desvincular o território de onde elas migram como parte do Oriente Médio, o qual constitui um conceito geopolítico, não um subcontinente ou uma região claramente demarcada (SAID, 2007). Decerto, há uma relação histórica, geográfica, cultural e religiosa que acaba por sobrepor o espaço geográfico do Oriente Médio e Norte da África (MENA) com a língua árabe e a cultura e religião muçulmana, os quais são associados ao Oriente (HOURANI, 2006; MAGNOLI, 2013; SAID, 2007). Entretanto, apesar de comumente vinculados, é necessário distinguir tais elementos e compreender como a própria confusão de conceitos por parte do Ocidente demonstra a teoria desenvolvida por Said acerca do Orientalismo.

O surgimento do Islã na Península Arábica e a propagação em árabe do Corão – livro sagrado dos muçulmanos, que contém as revelações recebidas por Maomé –, promoveu a associação entre o árabe e o muçulmano (SILVA FILHO, 2021). Inicialmente, a religião islâmica contribuiu para a união, não apenas religiosa, como também política e linguística da Península Arábica (MAGNOLI, 2013). Afinal, com o estabelecimento do islamismo, houve a centralização política das tribos árabes e a difusão do árabe corânico como uma língua comum, devido as escrituras e principais orações serem no idioma do Profeta Maomé (HOURANI, 2006; MAGNOLI, 2013; SILVA FILHO, 2021). Consequentemente, espalharam-se pela região influências culturais muçulmanas, que muitas vezes se confundem com árabes e *vice-versa*.

Entretanto, apesar do vínculo religioso, linguístico, político e cultural, há uma distinção nítida entre a etnia árabe e a religião muçulmana. Em síntese, na visão de Magnoli (2013, p. 360):

Mundo muçulmano e mundo árabe são conjuntos geopolíticos e culturais parcialmente superpostos, porém distintos. O mundo muçulmano é mais vasto que o mundo árabe. Os países com maior população muçulmana não são árabes: Indonésia, Paquistão, Índia e Bangladesh. O Islã é a religião predominante nos países árabes e a cultura muçulmana é o alicerce histórico das sociedades árabes, mas o mundo árabe se define pela língua, não pela religião.

Paralelamente, a constante associação entre o Islã e o Oriente Médio integra a perspectiva orientalista com a qual o Ocidente entende os elementos presentes no mundo oriental (SAID, 2007). Tanto a religião islâmica, quanto o mundo árabe associado a ela, são representados de forma pejorativa e ameaçadora no Ocidente, nessa análise, para Said (2007, p. 1432 - 1449):

O islã é julgado como uma nova versão fraudulenta de alguma experiência anterior, nesse caso o cristianismo. [...] Não é por nada que o islã veio a simbolizar o terror, a devastação, as hordas demoníacas dos odiados bárbaros. Para a Europa, o islã era um trauma duradouro. Até o fim do século XVII, o “perigo otomano” estava à espreita ao longo da Europa, representando para toda a civilização cristã um perigo constante, e com o tempo a civilização européia incorporou esse perigo e seu saber, seus grandes acontecimentos, figuras, virtudes e vícios como algo entrelaçado no tecido da vida.

Sob essa ótica, Said (2007) argumenta que ao longo da história da humanidade houve a criação do Ocidente e do Oriente, de forma co-dependente, por parte da Europa – em especial da Inglaterra e da França, que dominaram o Oriente do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial. Com o pós-guerra e os gradativos processos de independência dos países delineados por acordos ocidentais no Oriente, o espaço antes dominado pela Europa passou ao domínio dos Estados Unidos, que mantêm o controle de seus interesses geopolíticos e econômicos desde então (MAGNOLI, 2013; SAID, 2007). Contudo, o Oriente, além de ser forjado como um espaço adjacente à Europa, “é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro” (SAID, 2007, p. 307).

A invenção do Oriente por parte do Ocidente acarretou no Orientalismo. De modo geral, o autor define que “O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) o ‘Ocidente’.” (SAID, 2007, p. 23). Não obstante, Said (2007, p. 404) alerta que o pensamento orientalista “não é uma visionária fantasia européia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material”.

Entretanto, o Orientalismo, além de ser um modo de abordar o Oriente a partir da perspectiva ocidental europeia – de forma que faz mais sentido no Ocidente por se afastar da realidade do Oriente –, é também uma complexa relação de poder e dominação (SAID, 2007). Em seus estudos, Said (2007) apresenta o Orientalismo como um tema que perpassa o campo político, cultural, acadêmico, econômico, sociológico e geográfico, e tem a intenção de manter a subordinação a partir da perspectiva entre o familiar ocidental – “nós” – e o estranho oriental – “eles”.

Por meio dessa relação imposta, principalmente, pelo Imperialismo europeu, atualmente os povos do Ocidente mantêm distância social e cultural dos povos do Oriente. Destaca-se que os elementos estereotipados associados ao Oriente, como o terrorismo e o Islã, são massivamente propagados no Ocidente, afinal:

Um aspecto do mundo eletrônico pós-moderno é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia têm forçado as informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e os estereótipos culturais intensificaram o domínio da demonologia imaginativa e acadêmica do “misterioso Oriente” do século XIX (SAID, 2007, p. 801).

Da mesma forma, no contexto do trabalho em questão, os brasileiros, que possuem uma perspectiva ocidental e, portanto, uma visão orientalista baseada nos pressupostos dos estudos de Said, também possuem uma visão estereotipada acerca das refugiadas sírias. Em referência aos estudos de Edward Said:

A visão que o Ocidente constrói do Oriente é carregada por uma visão binária que separa este último como opressor, intolerante e bárbaro do primeiro democrático, pacífico, tolerante e civilizado. Em se tratando da questão feminina, apesar de a obra de Said não abordar diretamente a construção orientalizante da identidade feminina árabe, a visão míope do binarismo se exacerba, pois os estereótipos clássicos sobre as mulheres árabes as associam de imediato ao islã. Consequentemente, tem-se uma imagem de mulheres oprimidas, silenciadas, cobertas pelo hijab, incultas e iletradas ou se pensarmos nos artistas do século XIX como Gerôme ou do século XX, como Matisse, teremos a visão delas erotizadas, lascivas e sedutoras (OMRAN, 2021, p. 1).

Sob essa análise, entende-se que a crítica de Said acerca das produções acadêmicas do Ocidente que propagam uma imagem do Oriente a partir das lentes ocidentais, a qual, inevitavelmente, torna-se distorcida. Por outro lado, há um impacto social consequente desses estudos orientalistas, afinal a sociedade ocidental absorve essas visões distorcidas e estereotipadas do mundo Oriental e acaba por distanciar-se culturalmente de indivíduos do Oriente. No que tange ao refúgio de mulheres sírias no Brasil, o Orientalismo de Edward Said contribui com o estudo por explicitar como a construção do ideológico atrelado a orientais, árabes e sírios no Ocidente que se faz presente entre os brasileiros.

### **3.3 Instabilidades no Oriente Médio e a crise de refugiados da Síria**

Com o intuito de esclarecer a atual configuração geopolítica da Síria e a crise de refugiados que foi provocada por tal, é necessário recorrer a uma breve elucidação histórica de acontecimentos modernos ocorridos no Oriente Médio, que de alguma forma contribuíram para o escalonamento dos conflitos na Síria e as consequentes ondas de migrações forçadas do país. Para a realização de tal feito, foi escolhido como recorte temporal o período a partir da queda do Império Turco-Otomano, em 1919, até a eclosão da Guerra da Síria, em 2011.

### 3.3.1 Do domínio europeu ao despertar da Primavera Árabe (1919-2010)

A aliança do Império Turco-Otomano à Tríplice Aliança, composta por Alemanha, Império Austro-Hungaro e Itália, inseriu a região do Oriente Médio e do Norte da África nos conflitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), assim, com a vitória da Tríplice Entente, os territórios sob controle otomano foram conquistados por Inglaterra e França (HOURANI, 2006; MAGNOLI, 2013). Dessa forma, “a decadência otomana abriu caminho para o imperialismo europeu, na África do Norte e, depois, no Oriente Médio” (MAGNOLI, 2013, p. 360).

Hourani (2006) relata que durante a Primeira Guerra, em 1916, foi estabelecido um acordo secreto entre Inglaterra e França, que ficou conhecido como Sykes-Picot, no qual as hegemonias dividiram entre si parte do Oriente Médio em duas zonas de influência permanente. Tal pacto foi consolidado com o Tratado de Versalhes, celebrado em 1919, e estabeleceu a criação dos países na região que abrangia o Império Turco-Otomano, a partir dos contornos delineados pelo acordo de Sykes-Picot, e os novos Estados teriam sua independência provisoriamente reconhecida enquanto estivessem sob o mandato inglês e francês (HOURANI, 2006).

No caso da Síria, os acordos europeus determinaram que o território ficaria sob mandato francês (HOURANI, 2006; MAGNOLI, 2013). De maneira geral, “as potências europeias criaram fronteiras coloniais e protetorados, dividindo os territórios sob o seu domínio. Por essa via, surgiram os embriões dos Estados árabes contemporâneos.” (MAGNOLI, 2013, p. 361).

Com o fim dos mandatos europeus, no contexto do enfraquecimento ocidental provocado pelas tensões da Segunda Guerra Mundial, e com a criação do Estado judaico em 1948, por decisão das potências mundiais, um sentimento “anti-ocidental” se propagou pelo MENA, o qual se concretizou no projeto pan-arabista – encabeçado pelo líder egípcio Gamal Abdel Nasser – que “consistia na noção da existência de uma única nação árabe, fragmentada pelo imperialismo europeu. A unidade política possibilitaria a reunião dos recursos dos diferentes países árabes e a configuração de uma potência econômica.” (MAGNOLI, 2013, p. 362).

Desde a criação de Israel, o pan-arabismo o declarava como Estado inimigo, o qual representa regionalmente os interesses dos EUA e “sintetizava [...] a opressão colonial

européia e, de modo geral, a arrogância imperial do Ocidente” (MAGNOLI, 2013, p. 363). Com isso, sangrentos conflitos árabe-israelenses foram travados entre Israel e países como Egito, Síria e Jordânia, com o envolvimento de Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), no contexto da ordem bipolar (MAGNOLI, 2013).

Após décadas de conflitos, a superioridade militar de Israel, incondicionalmente apoiado pelo Ocidente, principalmente pelos EUA, levou a humilhações e consideráveis perdas territoriais dos Estados árabes, sobretudo da Síria. Paralelo a isso, o rompimento da aliança entre Egito e URSS e a consequente aliança do país com os Estados Unidos, indiretamente selou a paz entre a liderança pan-arabista e Israel. Em síntese, para Magnoli (2013, p. 386):

O impulso inicial do pan-arabismo perdeu força com os fracassos do Egito e da Síria nas guerras árabe-israelenses e com as divergências entre os próprios regimes pan-arabistas. Aos poucos, tais regimes republicanos e nacionalistas se cristalizaram em ditaduras que, do ponto de vista das liberdades públicas, pouco se distinguem das monarquias árabes remanescentes.

As décadas de regimes ditatoriais que sucederam o domínio europeu provocaram insatisfações populares, as quais serviram de centelha para ondas de protestos em diversos países do Oriente Médio e do Norte da África. “O longo inverno ditatorial começou a se romper no final de 2010, com a irrupção de protestos de massa na Tunísia. [...] A revolução tunisiana foi a centelha para a eclosão de um levante popular pacífico no Egito, núcleo geopolítico do mundo árabe.” (MAGNOLI, 2013, p. 368).

A Primavera Árabe, como ficou conhecida a onda revolucionária que se espalhou pelo MENA, teve início na Tunísia, no dia 17 de dezembro de 2010, quando o feirante Mohamed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo em frente ao prédio do governo de Sidi Bouzid, como um protesto à corrupção e ao autoritarismo do regime ditatorial de seu país (FIGUEIREDO, 2021; MONTENEGRO, 2014). Figueiredo (2021, p. 4) resume que “sua morte sofrida o converteu em espécie de mártir para os árabes, fazendo com que ela repercutisse seriamente no subsistema de países que compartilhavam essa mesma cultura”.

### **3.3.2 A eclosão da Guerra Civil da Síria (2011) e a crise de refugiados**

Inspirados pelos tunisianos que deram início às revoltas, assim como, pelos egípcios e iemenitas que aderiram à causa, os sírios protestaram contra o governo de Bashar Al-Assad

(FIGUEIREDO, 2021; MAGNOLI, 2013; TERMOS, 2019). A revolta popular na Síria começou ainda em 2011, quando jovens da cidade de Deerã grafitaram a frase: “o povo quer a queda do regime”, foram presos e torturados pelas forças estatais, como exemplo a qualquer demonstração de contrariedade ao governo nacional, com isso, outros grupos começaram a protestar por todo o país, dando início à guerra civil (FIGUEIREDO, 2021). É válido mencionar que o atual presidente sírio não foi eleito democraticamente pelo povo, mas está no cargo desde 2000, quando sucedeu o seu pai, Hafez Al-Assad, que estava no poder desde 1971 e não há perspectiva de mudança na liderança do país em um futuro próximo (TERMOS, 2019).

A reação do Estado sírio aos protestos populares acarretou em uma inevitável guerra civil, que rapidamente ultrapassou as dimensões nacionais com o envolvimento de potências regionais – como Irã, Turquia e Israel –, potências globais – à exemplo da Rússia e dos Estados Unidos – e, sobretudo, do Estado Islâmico (FIGUEIREDO, 2021). Na análise de Magnoli (2013), realizada ainda no terceiro ano da Guerra Civil da Síria, é nítido que a complexidade geopolítica e a multiplicidade de atores envolvidos no conflito demonstram a dificuldade de resolução, afinal, “a nova ordem regional que emergirá como resultado da ‘Primavera Árabe’ é uma incógnita. Apesar de tudo, existe o risco de degeneração das revoluções árabes em trágicos conflitos religiosos e étnicos, especialmente no caso da Síria” (MAGNOLI, 2013, p. 364).

Atualmente, depois de mais uma década de embates, a crise humanitária é um dos principais resultados das instabilidades na Síria, afinal, os dados sobre refúgio da ACNUR (2023) apontam que, até 2021, 27% dos deslocados internacionalmente à força no mundo saíram do território sírio, o que equivale a um total de 6,6 milhões de indivíduos.

Levando-se em consideração que o refúgio foi internacionalmente regulamentado, em 1951, pelos Estados dentro das Nações Unidas no contexto da crise migratória provocada pela Segunda Guerra Mundial, que perdurou de 1939 a 1945, é válido destacar que o cenário contemporâneo ultrapassou a quantidade de migrantes forçados pelo que foi considerado uma das maiores catástrofes do século passado (FÉLIX; SERPA, 2018). Em suas pesquisas, Arendt (1989) contribuiu para o estudo sobre refúgio ao considerar o período entreguerras, de 1919 a 1938, e pós-Segunda Guerra como causadores de migração forçada em massa dos chamados “povos sem Estado” ou “refugos da terra” (FÉLIX; SERPA, 2018, p. 401).

Nesse âmbito, quando a região do Oriente Médio foi política, social e economicamente abalada em 2011 pelo movimento popular – conhecido como Primavera

Árabe – que mobilizou diferentes povos em prol da queda dos regimes autoritários vigentes e da implementação da democracia, houve, novamente, um momento no qual a migração forçada em massa tornou-se necessária assegurar a vida de milhões de pessoas.

## 4 REFÚGIO DE SÍRIAS NO BRASIL

Com o intuito de descrever o refúgio de sírias no Brasil, no contexto da Guerra Civil em seu país de origem, o presente capítulo busca esclarecer sobre a condição de refúgio no território brasileiro, à luz dos conceitos jurídicos adotados nacionalmente, e o atual fluxo de migração forçada da Síria para o Brasil, definido a partir da análise quantitativa dos dados sobre refúgio computados por órgãos e autoridades federais. Assim como, busca relatar vivências de refugiadas sírias entrevistadas ao longo do processo de elaboração deste trabalho.

### 4.1 Estatuto dos Refugiados e a condição de refugiada no Brasil

No que diz respeito à condição de refugiada no Brasil, faz-se necessário elucidar o momento e a forma como esse conceito foi definido na contemporaneidade. Sendo assim, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi adotada em 28 de julho de 1951 e ratificada pelos Estados signatários em 1967, levando em conta a situação dos refugiados da Segunda Guerra Mundial (ACNUR, 2023). De maneira geral, tal convenção foi responsável por consolidar ferramentas legais atreladas ao refúgio, definir o termo “refugiado” e estabelecer direitos dessa parcela populacional a serem adotados pelas legislações nacionais. Além disso, determina que a ACNUR seja o órgão responsável por promover e supervisionar os instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados (ACNUR, 2023).

Deve ser considerado refugiado qualquer indivíduo que tema perseguição, segundo o Estatuto dos Refugiados (1951):

por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

No Brasil, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 é considerada o marco legal que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados da ONU, assim como abrange, a nível regional, as definições estabelecidas pela Declaração de Cartagena (1984):

Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e

do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Com base nas informações supracitadas, compreende-se o significado do termo “refugiado” para a legislação brasileira, e assim contempla-se os indivíduos expostos à situação de violência generalizada, na qual a Síria se encontra desde 2011.

Sob essa análise, Souza (2020, 2021) aponta que o governo brasileiro, honrando a Lei nº 9.474 relativa ao refúgio, promoveu a flexibilização das exigências para a concessão de visto em embaixadas e consulados brasileiros – realizada em 2013 e renovada nos anos de 2015 e 2017, vigorando até 2019 –, como medida adotada devido à problemática humanitária em curso na região.

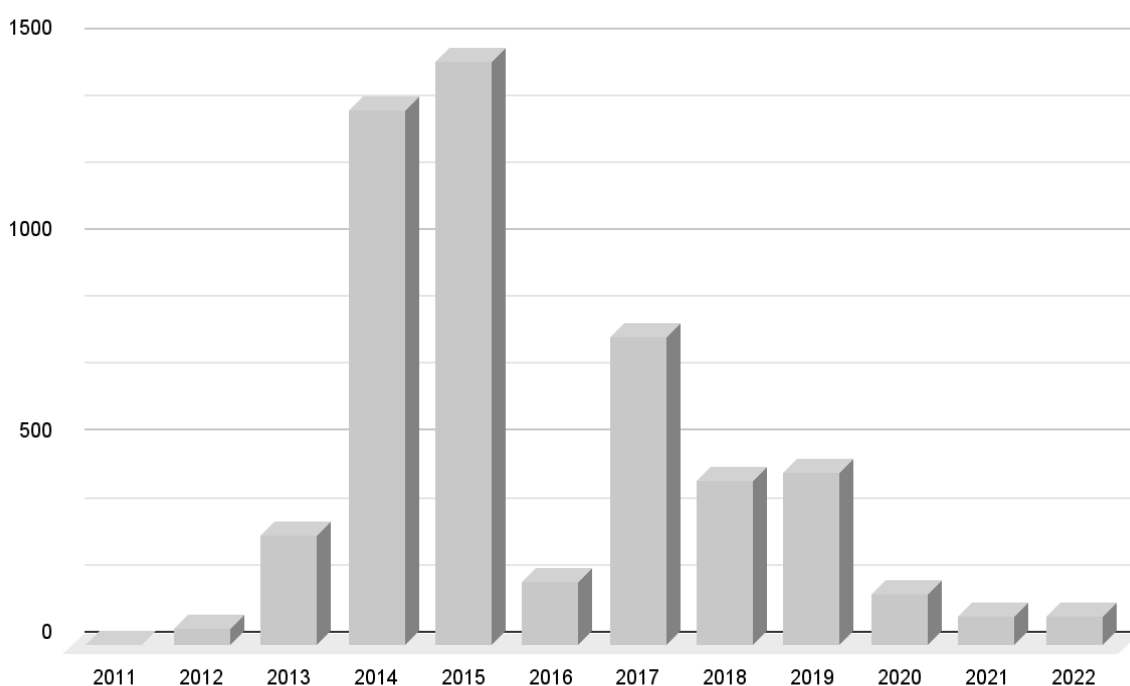
Portanto, entende-se a contribuição do Estatuto dos Refugiados (1951) e da Declaração de Cartagena (1984) para definir as diretrizes para conceder refúgio no Brasil. Entretanto, a regulamentação da condição de refugiado não ameniza a experiência desse grupo, principalmente das mulheres que se encontram em tal situação. Na visão de Félix e Serpa (2018, p. 403) há uma distinção entre a migração forçada de homens e mulheres, pois elas estão “expostas à violência sexual, física e psicológica, incluindo a exploração sexual e laboral perpetrada por grupos criminosos e até mesmo por pessoas de suas comunidades”. Em concordância, Souza (2021, p. 265) acrescenta que “as experiências de mulheres e homens no exílio variam em relação à geração, ideologia, classe social, lugar de origem e pertencimento étnico e religioso, entre outros fatores e circunstâncias”.

#### **4.2 “Refúgio em Números”: o fluxo de migração forçada da Síria para o Brasil**

Por conta da guerra civil que desestabiliza a Síria desde o início de 2011, nota-se que o fluxo migratório de pessoas vindas desse país para o Brasil foi intensificado ao longo dos últimos doze anos. De modo que, entre 2013 e 2018 a Síria foi o país com mais refugiados reconhecidos no território brasileiro (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021). Atualmente, milhares de sírios e indivíduos de outras nacionalidades – entre homens, mulheres e crianças –, que residiam na Síria e/ou foram afetados pelos conflitos armados, vivem no Brasil sob a condição de refugiados.

Com base nos dados coletados pela Polícia Federal e analisados pelo OBMigra, houveram 5.134 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria entre 2011 e 2022 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022; JUNGER DA SILVA; CAVALCANTI; LEMOS SILVA; TONHATI; LIMA COSTA, 2022), com variações a serem observadas a seguir.

Gráfico 1 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, por ano, Brasil (2011 - 2022)



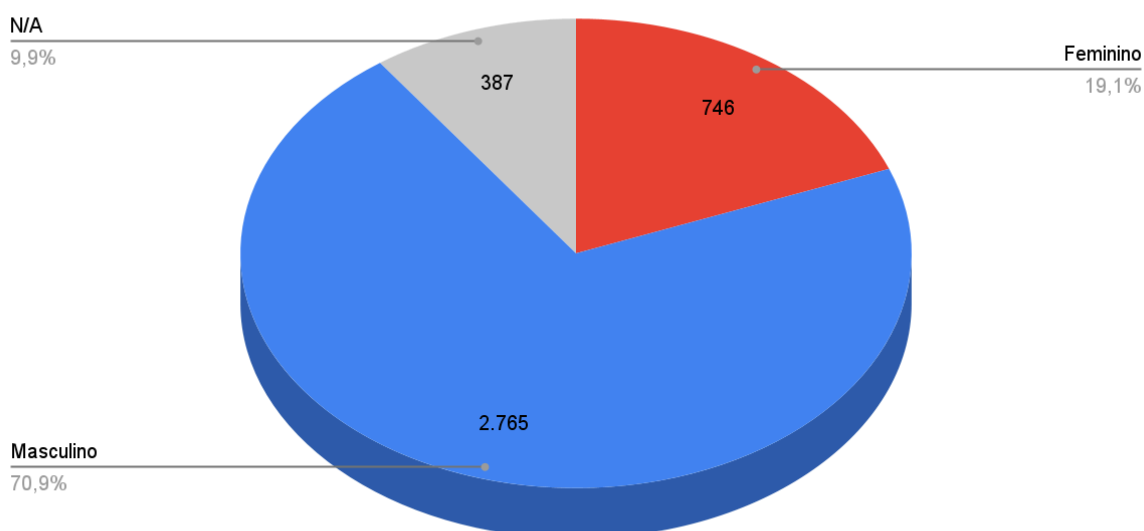
Por meio da análise do quantitativo de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria entre 2011 e 2022 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022; JUNGER DA SILVA; CAVALCANTI; LEMOS SILVA; TONHATI; LIMA COSTA, 2022) é possível notar picos de pedidos de refúgio nos anos de 2014, 2015 e 2017, como reflexo da implementação de política de flexibilização para a concessão de visto aos afetados pela guerra da Síria, promovidas pelo governo brasileiro em 2013, 2015 e 2017 (SOUZA, 2020, 2021).

Contudo, ressalta-se que este estudo tem o intuito de analisar, enfaticamente, a população feminina síria que está contida no grupo de refugiados do país e as diferenças de gênero atreladas ao fenômeno em questão. No que tange à razão de gênero de refugiados no Brasil, para Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021, p. 62):

Enquanto na população brasileira como um todo, segundo as projeções oficiais do IBGE, a razão de sexo é favorável às mulheres, ou seja, para cada 100 mulheres são observados 98,6 homens (IBGE, 2018), entre imigrantes solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e refugiados a hegemonia masculina salta aos olhos.

É importante destacar que outra estipulação da Lei nº 9.474 (1997) foi o estabelecimento do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) como órgão de deliberação coletiva para tratar da temática, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Assim, de acordo com os dados divulgados pelo CONARE (2023), entre 2011 e 2022, foram reconhecidos 3.763 refugiados da Síria no Brasil, equivalente a 96,5% das 3.898 decisões de mérito – 746 são relativos a pedidos de refúgio para mulheres, 2.765 para homens e 387 para pessoas que não informaram gênero (Gráfico 2). As decisões de mérito estão relacionadas ao reconhecimento ou extensão dos efeitos da condição de refugiado – que, por sua vez, pode acarretar em reconhecimento ou indeferimento do caso, perda ou cessação do status de refugiado; tais ações são realizadas pelo próprio Comitê, seguindo os critérios estabelecidos pelo Estatuto dos Refugiados.

Gráfico 2 – Proporção de gênero das decisões de mérito sobre solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, Brasil (2011 - 2022)

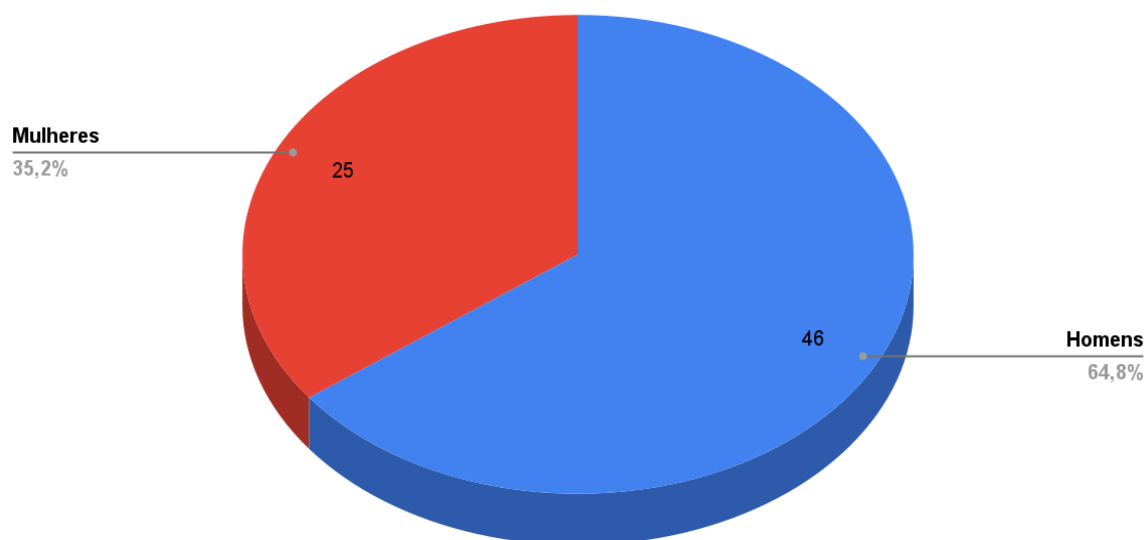


Observa-se a tendência de prevalência da população masculina no quantitativo de decisões de mérito, entre 2011 e 2022, sobre solicitações de reconhecimento da condição de

refugiado da Síria, como reconhecido por Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021) acerca da razão de gênero de refugiados no Brasil.

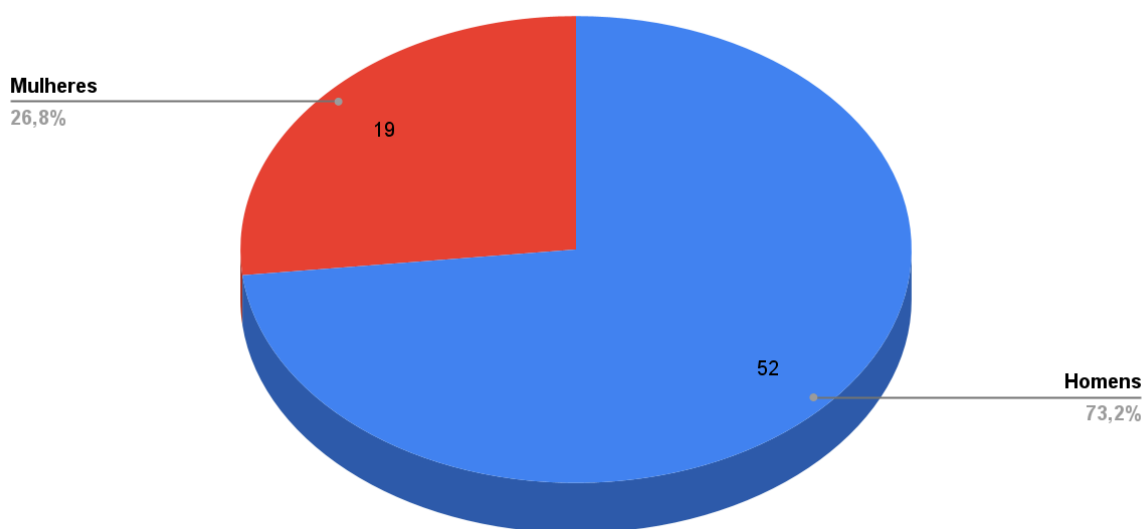
Contudo, é importante ressaltar que as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado sírio levam em média 2,2 anos para serem decididas pelo CONARE, dessa forma, o quantitativo supracitado não abrange a totalidade dos pedidos de refúgio realizados desde 2021, contudo, a 7ª edição da publicação “Refúgio em Números”, elaborada pelo OBMigra (2022), contempla os registros até o final de 2021. Com isso, é possível declarar que em 2021 houveram 71 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, das quais 46 são para homens e 25 são para mulheres (JUNGER DA SILVA; CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022).

Gráfico 3 – Proporção de gênero das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, Brasil 2021



No que diz respeito aos pedidos de refúgio da Síria emitidos no Brasil em 2022, a 8ª edição da publicação “Refúgio em Números” apresenta dados relevantes. Houveram 71 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, sendo que, dessa totalidade, 52 homens e 19 mulheres solicitaram refúgio (JUNGER DA SILVA; CAVALCANTI; LEMOS SILVA; TONHATI; LIMA COSTA, 2023).

Gráfico 4 – Proporção de gênero das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Síria, Brasil 2022



Com base nos dados supracitados, é possível observar um decréscimo de pedidos para refugiadas em relação ao ano anterior, que contrapõe-se ao “processo de feminização [...] da população solicitante de reconhecimento da condição de refugiado”, o qual foi identificado nas análises do OBMigra referente aos dados de 2022 do CONARE (JUNGER DA SILVA; CAVALCANTI; LEMOS SILVA; TONHATI; LIMA COSTA, 2023, p. 42).

No entanto, a compreensão do “refúgio em números”, ou seja, do fluxo de migração forçada de sírios para o Brasil através de dados e gráficos não contempla a pluralidade de experiências de indivíduos, sobretudo mulheres, que vivenciaram o fenômeno do refúgio. De fato, cada cidadã que veio ao Brasil, no contexto da guerra civil da Síria, em busca de salvaguardar sua vida possuía uma história que a diferenciava das demais, e tal não pode ser expressa em elementos quantitativos. Sendo assim, a próxima seção dedica-se a explicar o refúgio não em números, mas em relatos.

### 4.3 Experiências de sírias refugiadas no Brasil

Como explicitado nos capítulos anteriores, para que se possa criar espaços onde vozes subalternas possam falar e serem ouvidas (SPIVAK, 2010), este estudo recorreu a entrevistas

com sírias refugiadas que vieram para o Brasil no contexto da guerra civil em seu país, com o intuito de embasar as pesquisas. Assim, o presente tópico discorre acerca dos relatos compartilhados por essas mulheres.

O primeiro relato a ser apresentado foi coletado por meio de entrevista, realizada virtualmente em novembro de 2023, por ocasião do desenvolvimento desta pesquisa. Sobre a entrevistada, Nour tem 35 anos e nasceu em Damasco, capital da Síria. Ela conta que saiu de seu país por conta da guerra e migrou para o Líbano enquanto aguardava a documentação para mudar-se para o Brasil. Nour sabia que o consulado brasileiro aceitava refugiados e sua irmã já estava vivendo no país, então a ajudou a conseguir visto para ela e para as duas filhas; hoje, elas estão reunidas e Nour vive há seis anos no Brasil.

Quanto a sua ocupação, Nour contou que apesar de ser professora de história e geografia por formação e ter atuado na área em Damasco, trabalhava na General Motors, em Santo André (SP), mas foi desligada da empresa há cerca de cinco meses antes do momento de realização da entrevista e seguia sem conseguir emprego até então. Uma das questões relatadas pela síria foi a busca por um trabalho que ofereça benefícios, como convênios de saúde para ela e para as filhas, de modo que voltar a lecionar ou ensinar árabe por conta própria, por exemplo, não contemplariam suas necessidades.

Por outro lado, no que diz respeito à interação social no país, Nour afirma que foi bem acolhida por brasileiros, descrevendo-os como um povo amoroso, e declara que não sofreu nenhum tipo de discriminação por ser síria refugiada.

Com o intuito de enriquecer esta pesquisa com experiências de sírias refugiadas no Brasil, serão relatadas histórias coletadas por Mirian Alves de Souza. Sendo assim, em seu estudo, Souza (2020, 2021) compartilha informações sobre Samia, síria nascida em Damasco na década de 1980, em um campo não oficial de refugiados palestinos, que chegou ao Brasil em 2015, junto com seu marido, Khaled, e seu filho pequeno, Nuri. A família pretendia emigrar para o Norte global, mas após terem seus pedidos de visto negados por diversos países, enquanto viviam na Jordânia, Samia optou por solicitar refúgio ao governo brasileiro, pois sabia que as embaixadas e consulados do país aprovariam o visto e o pedido de refúgio (SOUZA, 2021). Ela se encarregou da organização da viagem e buscou contato com familiares que tinham ido para o Líbano e conseguiram refúgio no Brasil, assim, um “primo, que vivia em São Paulo, contou sobre a comunidade árabe brasileira, as mesquitas em São Paulo, as oportunidades de trabalho que a cidade oferecia” (SOUZA, 2021, p. 257).

Inicialmente, a família viveu no Rio de Janeiro, por conta da alta qualificação de Samia e Khaled e das possibilidades que teriam de conseguirem emprego durante a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), os quais seriam sediados na cidade. Contudo, Samia relata que “eles tiveram despesas inesperadas e, além disso, não conseguiram acessar o dinheiro enviado pelo pai de Khaled, precarizando sua situação na nova cidade”, então, após oito meses se mudaram para São Paulo, onde Khaled havia conseguido um trabalho (SOUZA, 2021, p. 257).

Um elemento mencionado por Samia em seu relato é como a experiência de refúgio a aproximou da religião e das comunidades muçulmanas, em que encontrou uma rede de apoio, sobretudo em São Paulo, onde se estabeleceu com a família, assim:

Samia contou que frequentava apenas episodicamente a mesquita em Damasco. Quando deixaram a Síria, depois do conflito, ela e seu marido começaram a ir com regularidade à mesquita em Amã e, depois, em São Paulo. Samia disse que, diferente de Khaled, não tinha o hábito de ir à mesquita ou rezar diariamente em sua casa. Porém, com o início do conflito sírio, e fora da Síria, passou a se sentir conectada à religião: “passar pelo que o profeta Mohamed passou, me conectou ao islã” (Samia, entrevista, junho de 2017). A experiência da migração forçada (hijra, quando o profeta deixa Meca em direção à Medina), em decorrência do conflito sírio, aproximou Samia da religião e das comunidades muçulmanas em Amã e em São Paulo. As redes de relações ligadas à mesquita foram importantes para o estabelecimento de Samia e Khaled nas duas cidades (SOUZA, 2020, p. 71).

Outra história coletada pela autora é a de uma síria que nasceu em Damasco, na década de 1990. É importante destacar que Souza (2020), inicialmente, apresenta tal refugiada como Randa, mas em outro momento Souza (2021) relata uma outra vertente de sua história e passa a chamá-la como Sila. Entretanto, a partir da análise e comparação das narrativas nos dois artigos, chegou-se à conclusão de que se trata da mesma mulher, sendo referenciada com diferentes pseudônimos pela autora, dessa maneira, para facilitar a compreensão ela será referida pelo primeiro nome que lhe foi atribuído.

Randa é filha única de pais que se divorciaram quando ainda era criança, morou com seu pai durante alguns anos, mas foi com sua mãe que viveu a maior parte de sua vida. Em seu país, pertencia à classe média alta, foi educada em uma escola bilíngue e, apesar de ser de família muçulmana sunita, seus pais não eram praticantes, então ela jamais frequentou uma mesquita (SOUZA, 2021).

Randa conta que tinha a intenção de sair da Síria antes mesmo dos conflitos, ela pensava em estudar na Europa ou ir para as Ilhas Cook, um país autônomo associado à Nova Zelândia, mas os bombardeios que ouvia vindos do subúrbio de Damasco foram decisivos

para que ela deixasse seu país (SOUZA, 2021). A esta altura, muitos países dificultavam a entrada de sírios que buscavam refúgio, então Randa optou por ir à Malásia, já que o país manteve suas fronteiras abertas para cidadãos da Síria e não exige visto de entrada. Contudo, ao perceber que não teria perspectivas de emprego, somado ao estado de saúde delicado de sua mãe, que tinha descoberto um tumor, ela acabou voltando para Damasco após um mês.

Depois que retornou à Síria para acompanhar o tratamento de sua mãe, Randa descobriu que o governo brasileiro estava facilitando a entrada no país e concedendo pedidos de refúgio para sírios. Por conta disso, após nove meses cuidando de sua mãe em Damasco, ela passou cinco meses trabalhando na Turquia para conseguir recursos e providenciar seu visto no consulado brasileiro. A jovem, então, chegou em São Paulo, onde passou cinco dias até ir para o Rio de Janeiro. Nos primeiros momentos, ela conta que foi recebida por amigos que fez na internet, depois passou duas semanas em um alojamento alugado pelo website Airbnb e depois foi morar em um hostel, compartilhando o quarto com outras mulheres. Uma vez estabelecida, Randa providenciou a vinda de sua mãe para o Brasil, que estava na Turquia enquanto aguardavam seu visto (SOUZA, 2021).

Souza (2021) destaca os desafios de se viver no Brasil como refugiada, uma vez que o país não possui um programa de assistência voltado a esse grupo. Contudo, Randa afirma que gostava de viver no Brasil, pois estudava em uma universidade pública e trabalhava como professora de inglês. Por outro lado, ainda que estivesse satisfeita com sua vida acadêmica e profissional, a jovem síria relata que sustentar a mãe era uma tarefa difícil. Levando em conta o contexto social de onde as duas mulheres vieram, somado ao fato de que a mãe de Randa nunca precisou trabalhar para se sustentar, por ser de uma família com boas condições financeiras, a situação de refúgio provocava frustrações, principalmente, a sua mãe.

Na Síria, elas viviam da renda do aluguel de um imóvel que possuíam, mas os bombardeios atingiram o local, a área foi interditada e a fonte de renda foi perdida. Além disso, o benefício de pensão de morte do pai de Randa não podia ser enviado ao Brasil, e ainda assim, não contribuiria para o sustento delas, já que a moeda da Síria é extremamente desvalorizada em relação ao real. Dessa forma, mãe e filha se mantinham com o trabalho da jovem no Brasil.

Com base nos relatos supracitados, é possível notar que a experiência de refúgio de sírias no Brasil é plural e cada uma pode ser definida pela distinção, não apenas de gênero, como também de contexto familiar, classe social, geração, entre outros elementos que podem ser encontrados em relatos de outras refugiadas. Dessa forma, a partir do testemunho dessas

mulheres será possível analisar de forma mais fiel a relação entre os conceitos e teorias elucidados no capítulo anterior e os efeitos sociais provocados pelo contraste entre as “histórias únicas” e as histórias reais sobre sírias refugiadas no Brasil.

## 5 EFEITOS SOCIAIS DE “HISTÓRIAS ÚNICAS” SOBRE SÍRIAS REFUGIADAS

O presente capítulo objetiva analisar os efeitos sociais que as “histórias únicas” provocam na experiência de sírias refugiadas no Brasil. Para tanto, é primordial recorrer às contribuições teóricas elucidadas anteriormente, para compreender como um grupo tão plural é atribuído a uma “identidade” única e, assim, é entendido como detentor de “histórias únicas”, as quais são narrativas estereotipadas vastamente forjadas e propagadas por outros povos, dentre eles o brasileiro.

### 5.1 “Histórias únicas” de sírias refugiadas no Brasil

Como exposto previamente, há uma tendência social e acadêmica de atribuir a refugiados uma “identidade” em comum e, com isso, homogeneizar experiências de refúgio (SOUZA, 2020, 2021). Contudo, ao observar como gênero, religião, classe social, geração, cultura familiar e outros elementos diferenciam as realidades de indivíduos que são forçados a migrarem de seu país, nota-se que a redução de histórias plurais a estereótipos atrelados a uma imagem de “vítima”, remontam a visão distorcida criada e propaganda pelo Ocidente acerca dos espaços e dos corpos orientais (ABU-LUGHOD, 2012; SAID, 2007). Após explorar histórias de sírias refugiadas no Brasil no capítulo anterior, urge compará-las com as “histórias únicas” difundidas sobre esse grupo.

Sob essa perspectiva, ao ser questionada – em entrevista realizada virtualmente, em 2023 – sobre “identidade” da síria refugiada forjada no Ocidente, atrelada a uma imagem de vitimização e opressão, Nour ressaltou as realidades distintas de mulheres da Síria e como as famílias podem ser responsáveis por situações de opressão. Segundo ela, algumas sírias vivem de forma similar às brasileiras, enquanto outras sofrem opressões por influências do seu meio familiar e/ou social, com isso, afirma que a condição de vítima não deve ser atribuída a todas as mulheres sírias.

Com base no relato de Nour, é possível notar relações com o discurso de Adichie (2019), no qual denuncia como a “história única” acaba por criar estereótipos que não necessariamente são inverdades, mas são incompletos. No caso do exemplo trazido pela síria, situações de violências e opressões podem ser uma triste realidade para algumas mulheres da Síria, contudo, não se pode deduzir, a partir do ponto de vista ocidental, que as demais vivem de tal forma, ou seja, essa não deve ser tomada como uma “história única” de todas elas.

De maneira similar, Souza (2020), por meio de entrevistas realizadas em 2017 na cidade de São Paulo, detectou como uma síria refugiada era vista como uma mulher oprimida, em razão de sua religião e do “controle” de seu marido, na perspectiva de voluntárias de uma das organizações que realizavam um evento sobre refúgio e direitos humanos. Por sugestão de Samia, Souza (2020, p. 72) atendeu ao evento e entrevistou três voluntárias da organização, que falaram sobre “as ‘mulheres sírias’ de forma mais específica, a partir da experiência de Samia”.

Durante a conversa, Joana, a líder entre as voluntárias, descreveu Samia como uma mulher “tradicional”, “conservadora” e “religiosa” e afirmou que “a ‘cultura muçulmana’ e a ‘cultura árabe’ não permitiriam às mulheres terem liberdade” (SOUZA, 2020, p. 72). Além disso, contou que tentou ajudar Samia a conseguir um emprego, que a princípio estava interessada, mas após alguns dias a síria recusou a oferta e não quis seguir adiante com o processo de seleção da vaga, para Joana “o marido de Samia a levou a desistir de concorrer à vaga de emprego”, apesar de não conhecê-lo, pois acredita que na cultura muçulmana as mulheres devem apenas usarem véu e ficarem em casa (SOUZA, 2020, p. 73).

Contudo, ao questionar a síria sobre a situação relatada pelas voluntárias, Samia declarou que:

aceitando a proposta de emprego, estaria ausente de sua casa por quase 13 horas, considerando o tempo da jornada de trabalho, de 9 horas, e do deslocamento diário (casa-trabalho-casa), de 2 horas e 30 minutos. Outro argumento é que o valor do salário, considerando o seu orçamento familiar, não permitiria pagar uma mensalidade pré-escolar. Samia já sabia que não conseguiria uma vaga na rede pública de creche. Ao procurar o ensino pré-escolar assim que chegou em São Paulo, ela foi informada de que a demanda de vagas na sua região de moradia era muito alta e não conseguiria realizar a matrícula naquele mesmo ano (SOUZA, 2020, p. 73).

Dessa forma, nota-se que a perspectiva que as voluntárias humanitárias possuem de Samia, assim como de outras mulheres árabes e muçulmanas, está associada à “história única” de opressão patriarcal associada à religião islâmica. Para Abu-Lughod (2012), é preciso ter atenção ao comportamento de mulheres ocidentais, principalmente que se entendem liberais e feministas, para com mulheres do Oriente e/ou muçulmanas, pois as primeiras não devem considerar a busca por igualdade e combate à violência de gênero como pautas exclusivamente compatíveis com a cultura ocidental e exigirem que mulheres orientais, uma vez refugiadas no Ocidente, rompam com seus costumes para “salvarem-se” da opressão que as limitava no passado. Assim, para Abu-Lughod (2012, p. 462 - 464):

nós precisamos ser vigilantes em torno da retórica de salvar pessoas por conta do que isso implica nossas atitudes. [...] Uma das coisas a respeito das quais devemos ser mais cuidadosos ao pensar nas feministas do Terceiro Mundo e no feminismo em diferentes partes do mundo muçulmano é como não cair em polarizações que colocam o feminismo do lado do Ocidente. [...] é estrategicamente perigoso aceitar essa oposição cultural entre o Islã e o Ocidente, entre o fundamentalismo e o feminismo, porque aquelas muitas pessoas dentro de países islâmicos que estão tentando encontrar alternativas às injustiças presentes, aquelas que possam querer rejeitar a divisão e misturar diferentes histórias e culturas, que não aceitam que ser feminista significa ser ocidental, estarão sob pressão para escolher, tal como nós estamos: Você está conosco ou está contra nós?

Tal noção também pode ser vista a partir do conteúdo sobre violência de gênero que as voluntárias constantemente compartilhavam com Samia através do Whatsapp:

Samia não encontrou informação, quando procurou assistência, sobre o acesso à educação pré-escolar, escolas bilíngues e revalidação de diploma. Ela argumentou que os problemas relativos às desigualdades de gênero e relações de poder envolvidas nas relações familiares pareciam ser o foco das trabalhadoras humanitárias. [...] As primeiras mensagens foram recebidas sem problemas, como a da campanha da ONU “Dia laranja pelo fim da violência sexual contra mulheres e meninas”. Porém, Samia passou a ficar incomodada diante das mensagens que abordavam exclusivamente a violência de gênero e a ausência de respostas consistentes em relação às suas demandas. (SOUZA, 2020, p. 73 - 74).

Ao observar os relatos sob diferentes perspectivas, de um lado as voluntárias brasileiras e de outro Samia, uma síria refugiada no Brasil, é possível notar a materialização da visão política da realidade, inerente ao Orientalismo, que Said (2007) aponta como uma estrutura que promove a distinção entre o familiar – o Ocidente, “nós” – e o estranho – o Oriente, “eles”. Decerto, as brasileiras veem nos comportamentos de Samia reflexos da “cultura árabe” e da “cultura muçulmana” e atribuem a ambas uma estrutura opressora de mulheres, acreditando ser esse um dos motivos pelos quais Samia optou por não seguir adiante com a seleção para a vaga de emprego.

Sob outra perspectiva, além da associação à opressão patriarcal entendida no Ocidente como elemento inerente à cultura árabe e muçulmana, a questão laboral no país de refúgio também é uma problemática para as mulheres que se encontram nessa situação. Levando em conta a necessidade de sobreviver no país de refúgio, na visão de Félix e Serpa (2018, p. 406):

Entre as principais preocupações informadas por mulheres em condição de refúgio no Brasil, estão as dificuldades em encontrar abrigo adequado quando chegam ao país, problemas de acesso ao mercado de trabalho, discriminação no ambiente laboral e obstáculos no acesso a serviços e na integração.

Não apenas a própria dificuldade em conciliar a jornada de trabalho formal com as atividades domésticas e familiares, um outro fato que pode influenciar no distanciamento de mulheres sírias do mercado de trabalho é a realidade da classe social de origem. Tal declaração pode ser visualizada na história de Randa e de sua mãe, relatada por Souza (2020, 2021), e é possível observar também como diferentes gerações oriundas de uma mesma classe social lidam com as adaptações de realidade provocadas pelo refúgio.

Como esclarecido no capítulo anterior, Randa pertencia à classe média alta na Síria e sua mãe nunca precisou trabalhar para garantir o sustento de sua família. Contudo, a decadência financeira atingiu a família por conta da crise provocada pela guerra e pela perda de um imóvel destruído por bombardeios, o qual garantia uma fonte de renda para as duas mulheres. Entretanto, antes mesmo de chegar ao Brasil, a jovem não poupou esforços para captar recursos que a possibilitasse se estabelecer em um lugar que lhe oferecesse segurança e oportunidades de trabalho, então chegou a trabalhar na Malásia e na Turquia até se mudar para o Rio de Janeiro (SOUZA, 2020, 2021).

Em outro extremo, a mãe de Randa, por ser uma mulher nascida e crescida em meio à elite de Damasco, se recusava a trabalhar. Dessa forma, no contexto da situação de refúgio, coube à filha tornar-se a provedora, enquanto a mãe manteve-se fora do mercado de trabalho, não por subordinação a um homem ou a uma religião, mas por conta da sua condição social durante a maior parte de sua vida (SOUZA, 2021).

Outra “história única” que Souza (2020) notou ter sido vinculada à experiência de Randa está atrelada à “imagem de vítima” que é associada, sobretudo, por organizações humanitárias a pessoas refugiadas. A autora narra como uma voluntária de uma das principais organizações não-governamentais dedicadas à assistência de refugiados no Brasil questionou a nacionalidade de Randa e a veracidade de sua história:

Na programação do I Curso de Verão sobre refúgio da Fundação Casa de Rui Barbosa, em dezembro de 2015, houve uma visita à Caritas Arquidiocesana, no Rio de Janeiro, na qual os participantes conheceram Randa. [...] Ao fim da visita à Caritas, os participantes do Curso se dividiram em pequenos grupos em direção à saída da organização. Em um desses grupos, Maria, que possuía uma posição de trabalho relevante, e sênior, na estrutura de uma organização humanitária internacional, questionou abertamente a origem nacional de Randa, afirmando: “Tenho certeza que ela é palestina se fingindo de síria para conseguir refúgio. Agora todo mundo é sírio. Com esse decote, ela não é síria” (SOUZA, 2020, p. 67 - 68).

Com base no relato supracitado, é possível notar como Maria não acredita que Randa seja uma refugiada da Síria por conta de sua vestimenta, a qual não se enquadra na imagem

que a voluntária brasileira possui acerca de sírias e, de certo modo, refugiadas. A noção de que todos os refugiados e, no caso em análise, refugiadas compartilham de uma “identidade” os retrata, irremediavelmente, como vítimas. Sendo assim, devido ao fato de a “história única” de sofrimento e vulnerabilidade propagada por instituições humanitárias não ser compatível com a história da jovem síria, sua experiência como refugiada é invalidada (SOUZA, 2020). Tal relato ilustra o que Adichie (2019) declara como consequência de uma “história única”, a perda de dignidade do “outro”.

Sob essa análise, percebe-se como a tendência de atribuir uma “identidade” comum a sírias refugiadas e, conseqüentemente, a propagação de “histórias únicas” sobre esse grupo é conflitante com as diversas histórias e experiências dessas mulheres. Com base nas teorias apresentadas e nos relatos descritos neste estudo, é visível que há uma imagem de vítima oprimida pela cultura árabe, muçulmana e patriarcal atrelada a sírias refugiadas no Brasil. A dificuldade de integração fora do ambiente familiar, a ausência no mercado de trabalho e a forma de se vestir de mulheres refugiadas da Síria foram vinculadas a “histórias únicas” e estereótipos, propagados, principalmente, por estudos acadêmicos e instituições humanitárias e, enfim, por indivíduos da sociedade civil.

Portanto, compreende-se que a singularização de histórias de sírias refugiadas “torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (ADICHIE, 2019, p. 28). Em outras palavras, como implicação social das “histórias únicas” estereotipadas desse grupo, reforça-se a diferença entre “nós” – brasileiros, ocidentais – e “elas” – sírias refugiadas.

## **5.2 Implicações sociais de “histórias únicas” sobre sírias refugiadas**

Ao levar em consideração os relatos supracitados é possível compreender os efeitos sociais provocados pelas “histórias únicas” acerca de sírias refugiadas no Brasil. Nota-se como “histórias” de um povo vinculam-se a “histórias” de seus indivíduos de forma estereotipada; no caso do grupo em questão, não apenas os elementos culturais árabes como também muçulmanos são atrelados a mulheres da Síria.

As noções ocidentais sobre a imagem da síria refugiada, predominantemente, estão relacionadas a uma mulher religiosa, conservadora, privada de liberdades, com vestes que cobrem a maior parte do corpo, ou seja, uma “vítima” da opressão árabe e muçulmana, que poderá ser salva quando chegar ao Ocidente e adotar o estilo de vida ocidental. Contudo, a

partir dos relatos de mulheres sírias que vivem o refúgio no Brasil, é possível perceber que esse estereótipo e essa “imagem de vítima” muitas vezes distanciam-se da sua realidade. Da mesma forma, percebe-se que a forma de vestir-se e portar-se socialmente é voluntária e influenciada, não necessariamente imposta, por sua cultura.

Nesse sentido, ao reproduzir discursos sobre estereótipos e atribuir aos indivíduos uma “identidade de refúgio” tem-se como consequência a desumanização de refugiados, de modo a torná-los um grupo homogêneo. Ao desconsiderar os elementos que distinguem a experiência de refúgio, como gênero, classe social, etnia, religião, geração, contexto social e familiar, perde-se os fatores que os caracterizam como humanos, com realidades, pensamentos e características distintas. Sob essa perspectiva, sírias refugiadas passam então a serem irremediavelmente vistas como vítimas, de forma a ser observada nos relatos delas.

Com isso, suas histórias de vida e experiências de refúgio são invalidadas para que todas encaixem-se em “histórias únicas”, as quais são forjadas e propagadas no Ocidente no âmbito acadêmico, humanitário e social. Desse modo, ao saírem forçadamente de seu país de origem e se fixarem no Ocidente, essas mulheres são distanciadas do povo local, por serem vistas como vítimas e não compartilharem de elementos em comum com os cidadãos do país ocidental; são vistas como “outras”. Ainda que sírias refugiadas relatem que foram bem recebidas por brasileiros e tiveram ajuda para adaptarem-se ao país, entende-se que existe uma tendência estrutural de homogeneizar, desumanizar e distanciar refugiados dos cidadãos locais.

Por conseguinte, nota-se que uma das principais implicações sociais provocadas pelas “histórias únicas” é a perda de dignidade do refugiado, afinal, este perde a sua individualidade, é visto a partir de características estereotipadas do seu povo e é socialmente distanciado dos demais. As “histórias únicas” sobre sírias refugiadas no Brasil tiram a dignidade dessas mulheres ao invalidar suas experiências e singularidades e torná-las apenas vítimas, sem a possibilidade de possuírem vínculos com brasileiros e brasileiras, pois o refúgio as distancia do povo nacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando analisar as implicações sociais de “histórias únicas” estereotipadas propagadas por brasileiros em relação às refugiadas sírias, que migraram para o Brasil entre 2011 a 2022, no contexto da Guerra Civil da Síria, esta monografia dissertou ao longo de três principais capítulos, excetuando-se o referencial metodológico, para lograr tal objetivo.

No segundo capítulo, “Refúgio da Síria sob perspectiva feminista pós-colonial e orientalista”, explicou-se acerca do feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais dos conceitos de “identidade de refugiado” e “histórias únicas”, aplicados ao fenômeno de refúgio de sírias no território brasileiro. Além disso, o capítulo em questão esclareceu sobre a criação do Oriente e do Orientalismo, noções trabalhadas por Edward Said, e sua vinculação com a temática. Também tornou-se necessário elencar um breve histórico de instabilidades, sobretudo políticas, do Oriente Médio, como forma de contextualizar a Guerra Civil e a crise de refugiados da Síria na atualidade. Com isso, alcançou-se o primeiro objetivo específico desta pesquisa, o qual está relacionado com a análise da experiência de refugiadas sírias no Brasil sob a perspectiva feminista pós-colonial das Relações Internacionais, levando em conta a crise humanitária da Síria provocada pelo atual cenário geopolítico no Oriente Médio.

No que tange à discussão do terceiro capítulo, foi possível cumprir com o segundo objetivo de pesquisa, o qual tem o intuito de compreender a condição de refúgio no território brasileiro e o atual fluxo de refugiados da Síria para o Brasil. Para tanto, apresentou-se o Estatuto dos Refugiados da ONU e as diretrizes que definem o refúgio no Brasil; assim como, informações e dados, sistematizados em gráficos, a respeito do quantitativo de solicitações e reconhecimentos de pedidos de refúgio de sírios ao Governo brasileiro. Ademais, foram incluídas histórias sobre três sírias refugiadas, compreendendo as distintas realidades e experiências de refúgio.

Enfim, no quarto capítulo, “Efeitos sociais de ‘histórias únicas’ sobre sírias refugiadas”, para investigar os efeitos sociais que as “histórias únicas” estereotipadas provocam nas histórias reais dessas sírias refugiadas que migraram para o Brasil no contexto da Guerra Civil da Síria, realizou-se uma análise vinculando as teorias e conceitos previamente elucidados, a forma como “identidades” e “histórias” são atribuídas a sírias refugiadas e as implicações sociais dessa tendência.

Por conseguinte, é notável que “histórias únicas” vinculam um indivíduo ao seu povo de forma estereotipada, dificultam a humanização de refugiados, os vinculam a uma imagem

de vítima, invalidam suas experiências de refúgio, os distancia do povo do país onde se fixam, tiram a sua dignidade. Tais implicações sociais provocadas pelas “histórias únicas” sobre sírias refugiadas no Brasil podem ser vistas nos relatos trazidos por esta pesquisa.

É importante destacar as limitações temporais, uma vez que houveram poucos meses para a sua realização, o que influenciou na dificuldade de efetuar mais entrevistas e aprofundar os estudos. Contudo, tal dificuldade era prevista e foi parcialmente sanada devido à utilização de entrevistas realizadas por Mirian Alves de Souza, entre 2015 e 2018, com sírias refugiadas no Brasil. Assim, não houveram prejuízos que inviabilizassem a pesquisa e impedissem o alcance de seus objetivos.

Levando em consideração o exposto, reforça-se, de maneira geral, a necessidade de dar voz aos corpos subalternos nos trabalhos acadêmicos e, especificamente, compreender a pluralidade de identidades e histórias que estão atreladas ao fenômeno do refúgio. Da mesma forma, apela-se aos futuros pesquisadores do tema a valorização da experiência feminina, de modo a não desconsiderar o gênero, assim como, etnia, classe social, faixa etária, contexto social e familiar, religião e cultura como fatores que diferenciam realidades de refugiados.

## REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451 - 470, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. Emergências – Síria. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/siria/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. Sobre o ACNUR – Convenção de 1951. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,ap%C3%B3s%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial.>>>. Acesso em: 27 abr 2023.

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. Sobre o ACNUR – Dados sobre Refúgio. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCAR-RODRIGUES, Roberta; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 21, n. 03, p. 421 - 430, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300016>>. Acesso em: 25 out. 2023.

ALMEIDA, Sandra. “Prefácio”, In: SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARRUDA FILHO, Emílio J. M.; FARIAS FILHO, Milton C. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <<https://www.periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portal da Imigração – CONARE**. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/2-sem-categoria/401421-conare>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portal da Imigração – Relatórios Anuais**. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/Relat%C3%B3rio\\_Anuar/Retratos\\_da\\_De%CC%81cada.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Retratos_da_De%CC%81cada.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/Relat%C3%B3rio\\_Anuar/Relato%CC%81rio\\_Anuar\\_-\\_Completo.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMigra\\_2022/RELAT%C3%B3RIO\\_ANUAL/Relat%C3%B3rio\\_Anuar\\_2022\\_-\\_Vers%C3%A3o\\_completa\\_01.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%B3RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anuar_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CG-CONARE. **Painel interativo de decisões sobre refúgio no Brasil – Decisões de Mérito, jan. 2011 a dez. 2022** [Dataset]. Versão 2 jan. 2023. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBizSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>>. Acesso em: 27 out. 2023.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FÉLIX, Ynes da Silva; SERPA, Paola Flores. A efetividade dos direitos humanos sociais das mulheres refugiadas no Brasil. **Revista Argumentum**, Marília, v. 19, n. 2, p. 397 - 412, 2018. Disponível em: <<http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/585>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

FIGUEIREDO, Marcos Vinícius Mesquita Antunes de. Dez Anos da Guerra Mundial da Síria: O internacional e o subnacional numa das maiores catástrofes humanitárias do Oriente Médio. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 12, e59456, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.12957/rmi.2021.59456>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. *E-book*.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Refúgio em Números (8ª Edição). Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2023/Ref%C3%BAgio\\_em\\_N%C3%BAmeros/Refugio\\_em\\_Numeros\\_-\\_final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2023.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMigra\\_2022/REF%C3%9AGIO\\_EM\\_N%C3%9AMEROS/Refu%CC%81gio\\_em\\_Nu%CC%81meros\\_-\\_27-06.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS/Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_-_27-06.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2023.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. *E-book*. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201989/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MINVIELLE, Nicole Xavier da Cunha. Feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais? Intersecções e diálogos teóricos para refletir sobre gênero, refúgio e violência no sul global. **Monções - Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8. n.15, p. 249–277, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11544>>. Acesso em: 22 maio 2023.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: Abordagens feministas para as Relações Internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59 - 80, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100004>>. Acesso em: 17 maio 2023.

MONTENEGRO, Carolina. **Sobre jasmims, bombas e faraós: reportagens de uma viagem pela Primavera Árabe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

OMRAN, Muna. Recortes Femininos do Mundo Árabe. *In*: CHEAITO, Karime Ahmad Borrasci (org;). **Ahlan wa Sahlan: Uma introdução aos mundos árabes**. Marília: Lutas Anticapital, 2021. Disponível em: <[https://www.academia.edu/93569673/Recortes\\_Femininos\\_do\\_Mundo\\_%C3%81rabe](https://www.academia.edu/93569673/Recortes_Femininos_do_Mundo_%C3%81rabe)>. Acesso em: 20 set. 2023.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. *E-book*.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2013. *E-book*. ISBN 9788520444870. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444870/>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA FILHO, Mário (Ahmad Abdul Haqq). **Islamismo**. 1. ed. São Paulo: Lafonte, 2021.

SOUZA, Mirian Alves de. Decote e Hijab nas Notas da Etnografia com Mulheres do Conflito Sírio no Brasil. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 01, n. 56, p. 62 - 85, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21680/2238-6009.2020v1n56ID23678>>. Acesso em: 8 maio 2023.

SOUZA, Mirian Alves de. Refúgio e família entre mulheres do conflito sírio no Brasil e Tunísia. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 245 - 270, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i52.a42147>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TERMOS, Mouhamed Hassan. **O Governo Sírio do Al-Assad: Entre Glorificação e Condenação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais e Integração) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <<http://dspace.unila.edu.br/123456789/5364>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

UNHCR – The UN Refugee Agency. Data and Statistics – Global Trends. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/global-trends>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

UNHCR – The UN Refugee Agency. Global Trends Report 2022. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

UNHCR – The UN Refugee Agency. Refugee Data Finder. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO DOS ENTREVISTADAS E ESCLARECIMENTOS DE PESQUISA

Prezada,

Vem-se através deste solicitar a autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão apreciados para a elaboração da minha dissertação “As ‘histórias únicas’ estereotipadas sobre as refugiadas sírias no Brasil: uma análise feminista pós-colonial e orientalista”, a ser apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, realizado na Universidade do Estado do Pará (UEPA), a qual é uma instituição pública estadual organizada como autarquia de regime especial e estrutura multicampi, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial; regida por seu Estatuto, pelo Regimento Geral, pela legislação específica vigente, bem como por seus atos normativos internos; Criada pela Lei Estadual N o 5.747 de 18 de maio de 1993, tem sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará.

A sua participação na pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre a sua experiência pessoal na trajetória de refúgio da Síria para o Brasil, assim como a sua vivência como refugiada no território brasileiro.

A identidade da participante ( ) será/ ( ) não será divulgada, conforme lhe foi expressamente informado. A participante da pesquisa concorda em ser entrevistada, uma ou mais vezes, no local e duração previamente ajustados, ( ) permitindo/ ( ) não permitindo a gravação das entrevistas.

A participante foi informada de que tem liberdade de deixar de responder a qualquer pergunta ou questão, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo-a temporária ou definitivamente.

01 de novembro de 2023.

---

Participante

---

Pesquisador

**APÊNDICE B – ENTREVISTAS TRANSCRITAS**

**Arquivo:** Entrevista 1 - Nour

**Entrevistado(a):** Nour, síria refugiada no Brasil

**Data:** 01 de novembro de 2023

**Local:** Online (Google Meet)

**Identificação:** N

RENATA ZAHLOUTH. Bom, a primeira coisa que eu queria saber é quantos anos você tem.

NOUR. Eu tenho 35.

RZ. E de que cidade da Síria você veio?

N. Damasco.

RZ. Qual era a sua ocupação na Síria?

N. Eu sou professora de história e geografia.

RZ. E eu queria saber por que você migrou para o Brasil. O que te trouxe ao Brasil?

N. Pela guerra lá e porque o Consulado Brasileiro aceita refugiados e muita gente. E minha irmã veio antes de mim pro Brasil, ela conseguiu fazer um visto pra mim e chegou aqui eu e minhas duas filhas.

RZ. Você veio direto de Damasco pro Brasil?

N. Sim, mas primeiro parei no Líbano para fazer a documentação.

RZ. E há quanto tempo você está no Brasil?

N. Eu vou fazer agora 6 anos.

RZ. E hoje você vive onde no Brasil?

N. Santo André.

RZ. E hoje você ainda trabalha como professora?

N. Essa é uma história mais complicada na minha vida. Eu trabalhei antes na General Motors, mas eles estavam mandando gente embora e eles me mandaram embora também e ainda não achei nada de emprego.

RZ. Nossa, é uma pena. Não sei se você já tentou dar aula de árabe. Tem uma necessidade muito grande de pessoas para darem aula de árabe. Aqui na minha cidade, por exemplo, eu queria aprender, mas não tem professor.

N. Sim, mas eu queria trabalhar em um lugar que tem benefícios, acho que trabalhar por conta própria não tem benefícios. Eu queria convênios e essas coisas pra mim e para as minhas filhas. Então, é difícil conseguir emprego, eu queria mesmo um lugar para trabalhar. Estou agora a 5 meses sem trabalho, tá muito difícil. Eu tenho muitas coisas pra fazer, tenho pagamentos, aluguel da casa... Mas vamos ver, vai dar tudo certo.

RZ. Com certeza, espero que tudo se acerte pra você. Eu queria te perguntar como você se sente em relação aos brasileiros. Quando você chegou aqui, você se sentiu bem, acolhida, respeitada?

N. Sim, bastante. Eu conheço eles [os brasileiros] há muito tempo, sério. Eles são muito amorosos, dão muitos abraços, ajudam muito a gente, sabe? Não tem diferença por eu ser de outro país, eles ajudam muito, sério. Agora ficou melhor por causa de Deus e por causa dos brasileiros que ajudaram a gente.

RZ. Então que bom que você foi acolhida pelos brasileiros...

N. Nossa, verdade. Eu vi muita coisa aqui, amigos árabes achando que não vai e eles [os brasileiros] vão e me ajudam, sério.

RZ. Eu imagino. Bom, uma outra coisa que eu tenho pra te falar é a seguinte, eu tenho estudado que a mulher é vista como uma figura frágil e vulnerável, mas quando se fala da mulher síria refugiada, ela acaba sendo representada como uma vítima, uma pessoa oprimida e triste. E isso se propaga nas redes sociais, nas mídias e muitas pessoas falam [da mulher síria refugiada] dessa forma. Você concorda com essa representação? Você se sente representada por essa imagem?

N. Depende, sabe? Tem várias mulheres na Síria, tem mulher que vive normal, como a gente vive no Brasil. Tem mulheres que não, que sofre muito com a família delas, sofre com o marido, com a vida social, sabe? Então depende de como a família trata essa mulher, tem famílias que tratam mulheres muito bem e tem famílias que trataram muito mal.

RZ. Entendi. Você tem alguma situação que queria compartilhar? Alguma dificuldade que você enfrentou no Brasil e acha que pode ser relevante?

N. É, foi por causa da guerra, aconteceu um acidente pra mim lá. Então esse que é o problema pra mim, é porque sai. Mas aqui eu acho que a mulher tem mais liberdade, liberdade pra falar, liberdade pra trabalhar, liberdade pra fazer o que ela quer fazer. Então eu sei que pra mim aqui é muito bom, é um lugar muito bom. Eu não tenho *coisa difícil*, nem língua nem nada, eu já consigo aprender português. Graças a Deus, eu sinto que vivo aqui desde que nasci.

RZ. Sério? Que legal! O seu português realmente é excelente, consegui entender bem e acho que você me entende bem também. E bom, essas foram as minhas perguntas, você vai ajudar bastante com a minha pesquisa. Eu tô estudando sobre as mulheres que vieram da Síria pro Brasil desde o início da guerra e eu queria muito conversar com algumas dessas mulheres e saber o que elas acham sobre tudo isso. Então muito obrigada por contar um pouquinho da sua história.

N. Sim. Obrigada a você. E boa sorte, espero que fique tudo bem pra você.



Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Naturais e Tecnologia  
Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção  
Tv. Enéas Pinheiro, nº 2626 - Marco  
CEP: 66095-100 Belém - PA  
[www.uepa.br](http://www.uepa.br)